

MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

001

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO MINUTA DE EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO

DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE TRABALHO 10/02/2020 à 10/03/2020

DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA ABERTURA DO 1º ENVELOPE: 11/03/2020 às 13h30

LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO, Rua Raimundo Leonardi, nº 1586 – Bairro Centro, Caixa Postal 100, CEP: 85900-110.

Valor total estimado: R\$ 220.800,00 (duzentos e vinte mil, oitocentos reais) por ano.

O MUNICÍPIO DE TOLEDO, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento tornam público este Edital de Chamamento Público para CRENDENCIAMENTO de pessoas jurídicas na forma de Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, sem fins lucrativos, constituídas no Município de Toledo, formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, para prestação de serviços de gerenciamento, coleta, recebimento, triagem, segregação, acondicionamento, processamento, beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos recicláveis e reutilizáveis, bem como sua posterior comercialização, em atendimento as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento do Município de Toledo/PR em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Considerando a LEI Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, LEI FEDERAL Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, LEI FEDERAL Nº 11.445, de 5 e janeiro de 2007, o DECRETO Nº 7.217, de 21 de junho de 2010, LEI FEDERAL Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, DECRETO FEDERAL Nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, LEI FEDERAL Nº 12.690 de 19 de julho de 2012, LEI MUNICIPAL Nº 2.227, de 5 de julho de 2016, LEI MUNICIPAL “R” Nº 52, de 28 de junho de 2017 e legislações correlatas.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Edital de Chamamento Público tem por objeto a seleção de propostas apresentadas por Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, sem fins lucrativos, constituídas no Município de Toledo, formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, para a execução de serviços triagem dos materiais reutilizáveis e/ou recicláveis secos, de características domiciliares; devidamente separados, acondicionados e dispostos nas vias públicas e/ou nos pontos de entrega voluntária pelos municípios, encaminhados às Unidades de Valorização de Recicláveis – UVRs, em atendimento ao Programa TOORECICLANDO, implementado no Município de Toledo, mediante assinatura de contrato, conforme estabelecido neste edital.

1.2 O trabalho é do tipo manual, afim de realizar o recebimento, a triagem, a segregação, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos sólidos domiciliares potencialmente reutilizáveis e/ou recicláveis secos, bem como sua posterior comercialização

1.2.1 Define-se resíduos sólidos domiciliares potencialmente reutilizáveis e/ou recicláveis secos: materiais de plástico, metal, papel e vidro, incluindo embalagens;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 O Município de Toledo/PR no exercício de suas competências, por meio de ações transformadoras objetiva a reinserção dos resíduos recicláveis e reutilizáveis no mercado visando mitigar efeitos negativos sobre o ambiente e ecossistemas, bem como produzir e potencializar efeitos econômicos e sociais positivos para os catadores de materiais recicláveis.

2.2 Considerando que a Lei n. 12.305/2010 prevê em seu Art. 6º, no inciso VIII, como um dos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

2.3 A contratação dos serviços se justifica pela necessidade de promover a sustentabilidade por meio do gerenciamento, do recebimento, da triagem, da segregação, do acondicionamento e da destinação final adequada dos resíduos recicláveis e reutilizáveis, assim como sua posterior comercialização, visando:

I – Aumentar o índice de separação de resíduos para a reciclagem, trazendo o reconhecimento e inclusão do catador na cadeia da reciclagem;

II – Criar alternativas de espaços para o trabalho do catador de forma a evitar que o resíduo coletado seja levado para moradia;

III – Dar destino ao excedente do resíduo recolhido pela coleta formal que não é processado pela unidade de separação e valorização de rejeitos;

IV – Agregar valor ao resíduo coletado mediante ganho de escala para comercialização, possibilitando o aumento da renda do catador;

V – Promover a capacitação dos Catadores visando à melhoria das suas condições de trabalho e renda, bem como a sua inserção em outras atividades do mercado de trabalho.

2.5 O credenciamento visa possibilitar a participação de Associações e/ou Cooperativas no processo de Gestão de Resíduos Recicláveis, por meio de repasse de resíduos recicláveis e reutilizáveis gerados pelos habitantes do Município de Toledo e coletados através de seu sistema de coleta seletiva municipal.

2.6 Os serviços deverão ser executados utilizando-se todos os critérios técnicos e recursos necessários para que se alcance resultados eficazes, em conformidade com as normas pertinentes e vigentes e com as disposições contidas neste edital.

2.7 Segundo o Plano Operacional da UVR construído pela Fundação Parque Tecnológico Itaipu – PTI, a unidade possui capacidade de tratar 397 toneladas de materiais recicláveis mensalmente, o que equivale a 53% da geração total de recicláveis pelo município de Toledo, com uma produção média de 234 toneladas/mês. Considerando tais informações e todos os equipamentos instalados na UVR, seriam necessários 70 (setenta) funcionários diariamente para suprir esta demanda.

2.8 Considerando que seriam necessárias 70 pessoas para atender a demanda atual, este número estaria distribuído da seguinte forma:

- 44 pessoas nas esteiras de triagem: 02 esteiras com capacidade de 22 pessoas cada;
- Alimentação das esteiras: 04 pessoas (02 em cada esteira)
- Retirada dos materiais (bags) classificados na esteira: 06 pessoas (03 para cada esteira);
- Retirada dos rejeitos: 02 pessoas



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

002

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

- Produção de fardos: 08 pessoas distribuídas em 03 prensas verticais (02 pessoas em cada prensa e 02 pessoas para transportar os bags da esteira para as prensas);
- Armazenamento de fardos: 02 pessoas;
- Atividades de pátio e limpeza de vidros: 04 pessoas

2.9 Diante do supracitado, devendo a Administração Pública oferecer à população, um serviço adequado, eficiente, seguro e contínuo, por tratar-se de serviço essencial, justifica-se a elaboração do presente edital de Chamamento Público.

3. AÇÕES FINANCIÁVEIS:

3.1 – DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LEI FEDERAL Nº 12.305/2010)

Redução dos Resíduos Recicláveis Secos Dispostos em Aterros e Inclusão de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

Com o advento da Política Nacional, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos definiu alternativas de gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos e indicou metas, programas e ações a serem alcançadas e implementadas em todo o território nacional. Uma das metas definidas no Plano Nacional é reduzir o percentual dos resíduos secos e orgânicos dispostos em aterros sanitários até o ano de 2031 para a região Sul do País, meta diretamente relacionada à execução e ampliação da coleta seletiva de resíduos.

INDICADORES QUALITATIVOS	INDICADORES QUANTITATIVOS
<ul style="list-style-type: none">- Reduzir o percentual dos resíduos recicláveis secos dispostos em aterros sanitários;- Incluir e fortalecer a organização de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;- Promover o fortalecimento das cooperativas e associações de catadores, incrementando sua eficiência;- Apoiar a realização de projetos, instalação e operação de unidades de triagem, (obras e equipamentos);- Apoiar os Municípios que implantarem programas de coleta seletiva com a participação de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis por meio de associações ou cooperativas;- Promover a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis aos sistemas de logística reversa.	<ul style="list-style-type: none">- Quantidade de resíduos reutilizáveis e recicláveis destinados ao processo de reciclagem;- Número de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis atendidos;- Identificar as ações realizadas na perspectiva do envolvimento dos catadores de materiais recicláveis na gestão e gerenciamento dos resíduos reutilizáveis e recicláveis.

3.2 – PLANO MUNICIPAL DE COLETA SELETIVA (LEI MUNICIPAL Nº 2.227/2016)

Inclusão de Catadores de Rua e Estruturação da Cooperativa de Recicladores de Toledo



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

A Lei Federal Nº 12.305/2010 estabelece a ordem de prioridade para a gestão dos resíduos, que deixa de ser voluntária e passa a ser obrigatória: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Em consonância à hierarquia de prioridades estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Plano Municipal de Coleta Seletiva do Município de Toledo/PR – Lei Municipal Nº 2.227/2016 leva em conta as ferramentas e instrumentos disponíveis que permitem a execução de ações para cumprimento das diretrizes, metas e programas propostos, as quais pode-se citar: incentivar, conscientizar e motivar a população local às práticas de redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos; reduzir o volume de resíduos dispostos no aterro sanitário municipal; agregar valor aos materiais recicláveis para comercialização através de processos de transformação; e promover a inclusão social de catadores de materiais recicláveis.

INDICADORES QUALITATIVOS	INDICADORES QUANTITATIVOS
<ul style="list-style-type: none">- Reduzir o percentual de volume de resíduos recicláveis destinados ao aterro;- Aumentar o percentual de municípios atendidos pela coleta seletiva de resíduos recicláveis;- Promover capacitação aos catadores em outras atividades de trabalho, visando melhores oportunidades e a superação da condição de catador;- Motivar e fomentar inclusão dos catadores na Unidade de Valorização de Resíduos UVR conforme demanda;- Contratar a Associação/Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis para prestação de serviços ambientais por prazo específico estabelecendo metas de triagem de resíduos recicláveis destinados na central, com pagamento fixo mensal a ser dividido entre os Cooperados por meio de rateio.	<ul style="list-style-type: none">- Quantidade de resíduos recicláveis coletados e destinados na Unidade de Valorização de Resíduos - UVR;- Quantidade de rejeitos do processo de triagem de resíduos recicláveis na Unidade de Valorização de Resíduos - UVR;- Comparação do valor pago pelo Município de Toledo/PR a Associação/Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis para prestação de serviço ambiental com os custos operacionais (R\$/tonelada) para destinação final dos resíduos;- Número de catadores de materiais recicláveis atendidos pelo Programa TOORECICLANDO;- Cadastro de catadores de materiais recicláveis atendidos pelo Programa TOORECICLANDO;- Identificar as ações realizadas na perspectiva do envolvimento dos catadores de materiais recicláveis na gestão e gerenciamento dos resíduos reutilizáveis e recicláveis.

4. DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1 Os serviços de processamento e gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos potencialmente reutilizáveis e/ou recicláveis secos, de características domiciliares deverão ser executados de acordo com este termo de referência.

4.2 Para o desenvolvimento dos trabalhos, a Contratada deverá realizar a gestão das 02 (duas) Unidades de Valorização de Recicláveis – URVs do Programa TOORECICLANDO.

4.3 Para efeitos deste documento entende-se como:

I – Geradores: são pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis por atividades ou empreendimentos que gerem os resíduos definidos neste instrumento;



II – Transportadores: são as pessoas, físicas ou jurídicas, encarregadas da coleta e do transporte dos resíduos entre as fontes geradoras e as áreas de destinação;

III – Processamento: tratamento dado aos resíduos sólidos objetivando a separação de materiais recicláveis e reutilizáveis bem como o seu preparo para a respectiva comercialização;

IV – Gerenciamento de resíduos: é o sistema de gestão que visa reduzir, reutilizar ou reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos para desenvolver e implementar as ações necessárias ao cumprimento das etapas previstas em programas e planos;

V – Reutilização: é o processo de reaplicação de um resíduo, sem transformação do mesmo;

VI – Reciclagem: é o processo de reaproveitamento de um resíduo, após ter sido submetido à transformação;

VII – Beneficiamento: é o ato de submeter um resíduo à operações e/ou processos que tenham por objetivo dotá-los de condições que permitam que sejam utilizados como matéria-prima ou produto;

VIII – Rede: integração de Associações e Cooperativas em uma única entidade de natureza jurídica privada, associativista, popular e solidária;

IX – Educação Ambiental e Comunicação Social: ações educativas e informativas voltadas à população, com vistas à sua adesão e participação na Coleta Seletiva;

X – Conselho Gestor: órgão colegiado composto por catadores e seus representantes.

4.4 Planejamento e Execução dos Serviços:

4.4.1 Fica sob responsabilidade do município o transporte dos resíduos recicláveis e reutilizáveis até a Unidade de Valorização de Resíduos – UVR, anexo ao Aterro Sanitário Municipal, localizado na Rodovia PR-317, km 10.

4.4.2 As participantes deverão realizar o recebimento, a triagem, a segregação, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos recicláveis e reutilizáveis, bem como sua posterior comercialização nas 02 (duas) Unidades de Valorização de Recicláveis – URVs, que será cedida pelo Município por meio da assinatura de Termo de Compromisso e Cessão de Uso.

4.4.3 No ato da assinatura do contrato será informado quais os equipamentos a serem cedidos pelo Município à Associação e/ou Cooperativa, os quais constarão no Termo de Compromisso e Cessão de Uso.

4.4.4 A coleta/entrega dos resíduos recicláveis e reutilizáveis somente será efetuada no Município de Toledo.

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1 PESSOAL/EQUIPE TÉCNICA

5.1.1 Competirá à CONTRATADA a mão-de-obra necessária para o desempenho dos serviços contratados, que está estimado em 115 toneladas ao mês, atendendo as condições mínimas de trabalho aos associados/cooperados, sem excesso de esforços físicos e que venham ultrapassar a rotina de 8 horas diárias ou 44 horas semanais.

5.1.2 Durante a execução dos serviços é absolutamente vedado, por parte do pessoal da CONTRATADA, a execução de serviços do objeto contratado em áreas particulares ou a realização de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

5.1.3 A CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor do Contrato, antes do início dos serviços, a relação de todos os associados/cooperados com os respectivos números de CPF.

5.1.4 A CONTRATADA deverá fornecer uniformes, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs (com certificação) e demais materiais adequados ao serviço, para garantir a segurança e o bem-estar dos associados/cooperados.

5.1.5 A CONTRATADA deverá responder pela violação, por si, seus associados/cooperados, das leis, regulamentos ou posturas aplicáveis aos serviços.

5.1.6 Os associados/cooperados deverão possuir capacidade física e qualificação para executar os serviços inerentes ao objeto do contrato.

5.1.7 A CONTRATADA deverá responder pela violação, por si, seus associados/cooperados, das leis, regulamentos ou posturas aplicáveis aos serviços.

5.1.9 Será terminantemente proibido aos associados/cooperados da CONTRATADA ingerirem bebidas alcoólicas, fumar cigarro ou fazerem uso de produtos tóxicos em horário de trabalho, de pedirem gratificações ou donativos de qualquer espécie.

5.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

5.2.1 Caberá a CONTRATADA fazer a gestão administrativa e operacional para o trabalho da equipe e dos catadores, organizados em sistema de Associação e/ou Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis.

5.2.2 Caberá a CONTRATADA comprovar economicamente a destinação social dos recursos oriundos da comercialização dos resíduos recicláveis e reutilizáveis, promovendo o desenvolvimento social da Associação e/ou Cooperativa e de seus associados/cooperados, de acordo com a legislação vigente da categoria.

5.2.3 Caberá a CONTRATADA realizar o rateio dos recursos financeiros repassados pelo Município, de acordo com os materiais comercializados, de forma igualitários a todos associados/cooperados, considerando os dias trabalhados.

5.2.4 A CONTRATADA deverá respeitar o meio ambiente, bem como prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente e correlatas, emanadas das esferas Federal, Estaduais e Municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei Federal Nº 12.305/2010.

5.3 PRODUTOS ESPERADOS E FORMA DE APRESENTAÇÃO

5.3.1 A Contratada deverá apresentar mensalmente, à Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento, até o dia 15 (quinze) de cada mês, o relatório com a comprovação da execução dos serviços do mês.

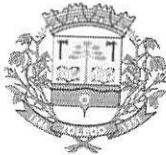
5.3.2 Os relatórios deverão ser elaborados e apresentados de forma precisa, completa, limpa e clara e deverão conter todos os elementos necessários para a perfeita compreensão e entendimento dos dados apurados, tais como:

I – Relatório de resíduos recicláveis e reutilizáveis recebidos na Unidade;

II – Relatório de resíduos recicláveis e reutilizáveis comercializados, contendo informação do peso e valor recebido, bem como comprovado por notas fiscais e/ou certificados de destinação;

III – Relatório da quantidade (peso) e destinação de rejeitos;

IV – Relatório de ações de educação ambiental, comprovado por fotos, releases de notícias e/ou lista de presença;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

004

V – Relatório de despesas, comprovado por cópias de notas fiscais e recibos de pagamento;

VI – Relatório de rateio dos associados/cooperados contendo memorial de cálculo com a discriminação dos ganhos de todos os associados/cooperados e valor destinado a fundo de reserva;

VII – Relatório de frequência dos associados/cooperados.

5.4 DA PERIODICIDADE

5.4.1 A contratada deverá manter regular e diariamente, de **segunda feira a sábado**, das **07h30 às 17h00**, com intervalo de almoço de no mínimo 1hora, os serviços a ela discriminados no presente edital.

5.4.2 Recomenda-se que cada associado/cooperado não ultrapasse a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

Serão credenciadas todas as Associações e/ou Cooperativas que observem os seguintes requisitos:

6.1 Estejam formal e exclusivamente constituídas por Catadores de Materiais Recicláveis no Município de Toledo, que tenham a catação como única fonte de renda.

6.2 Não possuam fins lucrativos, condição demonstrada por meio dos atos constitutivos da entidade (ANEXO 01);

6.3 Não possuam infraestrutura para realizar o recebimento, a triagem, a segregação, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos recicláveis e reutilizáveis (ANEXO 02);

6.4 Apresentem o sistema de rateio entre os associados/cooperados;

6.5 Não permitem o trabalho de pessoa com idade inferior a 18 (dezoito) anos, atendendo a Lei FEDERAL Nº 8.069/1990;

6.7 A comprovação das condições previstas nos itens 6.2 e 6.3 será realizada por meio de declaração firmada pelo representante legal da entidade, conforme ANEXO 01 e ANEXO 02, respectivamente;

6.8 A participação neste processo implica na aceitação e na comprovação de documentação técnica referente à estrutura plena e irrevogável das normas constantes do edital e seus anexos;

6.9 Podem participar do presente chamamento público as Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis que observem os requisitos e condições fixados neste Edital e não incorram em nenhuma das vedações a seguir delineadas;

6.10 Podem participar do presente chamamento público as Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis que mantenham em seu quadro, catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento de chamamento, bem como atendam as condições e os critérios estabelecidos no objeto, visando o atendimento satisfatório;

6.11 Estar regularmente constituída, comprovando por meio da apresentação dos documentos relacionados neste Edital;

6.12 Estar em regular funcionamento no Município de Toledo;

6.13 Estar em dia com suas obrigações fiscais;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

6.14 Estar constituída de Conselho Fiscal ou órgão equivalente, dotado de atribuição para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas.

7. DAS VEDAÇÕES

7.1 Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste Edital de Chamamento a Associação e/ou Cooperativa que:

I – Não esteja regularmente constituída no Município de Toledo ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II – Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III – Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV – Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

- for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
- for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
- a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

V – Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos;
- declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Associação e/ou Cooperativa ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

VI – Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos; e

VII – Tenha entre seus dirigentes pessoas:

- cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos;
- julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

IX – Pessoas físicas ou jurídicas punidas com a sanção descrita no inciso IV, do art. 87, da Lei N° 8.666/93 por órgão ou entidade integrante de qualquer Ente Federativo ou com a sanção descrita no inciso III, do art. 87, da Lei N° 8.666/93 por órgão ou entidade integrante da Administração Municipal.

Parágrafo Único – Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o resarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a Associação e/ou Cooperativa ou seu responsável legal. A vedação prevista é igualmente aplicada para as sanções dispostas na Lei N° 10.520/02.

8. DA HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

8.1 Para habilitação neste CREDENCIAMENTO, a Associação e/ou Cooperativa interessada deverá apresentar a seguinte documentação, em original ou cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor que realize a presente convocação, perfeitamente legível, juntamente com as cópias que serão juntadas aos autos.

8.2 As propostas deverão ser entregues da seguinte forma:

I – Em um envelope as Associações e/ou Cooperativas apresentarão a proposta que materializa a etapa competitiva (ENVELOPE 1 conforme item 8.3.1);

II – Em outro envelope as Associações e/ou Cooperativas deverão apresentar os documentos em fotocópia legível (não será aceito cópia em papel FAX), ficando a critério da Comissão a solicitação de qualquer documento em via original (ENVELOPE 2 conforme item 8.3.2).

8.2.1 Os documentos observados as orientações acima, deverão ser entregues em um envelope por completo, exclusivamente no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, situada na Rua Raimundo Leonardi, nº 1586 – Bairro Centro, Caixa Postal 100, CEP: 85900-110, no período de xxx/xxx/2020 a xxx/xxx/2020, no horário de 8h15 às 17h00 para análise e seleção da documentação que comprove o atendimento das exigências relacionadas no item 8.

Parágrafo Único – O não cumprimento dos prazos ou a ausência de quaisquer documentos previstos neste Edital por parte da Associação e/ou Cooperativa acarretará na eliminação da proponente.

8.3 Documentos que deverão ser apresentados para participação do processo de habilitação deste Chamamento Público

8.3.1 Documentos constantes no ENVELOPE 1 “DA PROPOSTA DE TRABALHO”:

I – Declaração que não possuem fins lucrativos, condição demonstrada por meio dos atos constitutivos da entidade (ANEXO 01);

II – Declaração que não possuem infraestrutura para realizar o gerenciamento, o recebimento, a triagem, a segregação, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos recicláveis e reutilizáveis (ANEXO 02);

III – Ofício dirigido à Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento em nome do administrador público responsável pela secretaria, Sr. Neudi Mosconi, solicitando documento para habilitação ao chamamento público (ANEXO 03);



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

IV – Preenchimento do documento “Formulário de Cadastro da Entidade” conforme modelo preestabelecido (ANEXO 04);

V – PROPOSTA DE TRABALHO em uma única via (ANEXO 05);

VI – Apresentar relatório de atividades desenvolvidas, anexando comprovantes de vendas emitidas nos últimos 3 (três) meses.

VII – Relação nominal dos Associados e/ou Cooperados da Associação e/ou Cooperativa, com respectivos RG e CPF.

8.3.2 Documentos constantes no ENVELOPE 2 “DA

DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO”:

I – Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dentro de seus prazos de validade, se for o caso;

III – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, exigível nos termos da Lei Federal Nº 12.440/2011;

IV – Certidão Negativa de Tributos Municipais;

V – Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

VI – Declaração da RAIS – Relação de Informações Sociais do exercício anterior;

VII – Declaração do proponente de que não está em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta, federal, estadual e municipal;

VIII – Comprovação de constituição por pessoas físicas de baixa renda, com fundamento no Decreto Federal Nº 7.404/2010;

IX – Cópia da Ata de Eleição e Posse da Assembleia Geral de constituição e cópia do Estatuto vigente;

X – Cópia do Estatuto Social e de sua última alteração, autenticado em cartório, que comprove que a Associação e/ou Cooperativa é regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente: objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

XI – Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, contendo endereço, número de Identidade e órgão expedidor – RG, número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal – SRF, de cada um deles, telefone e e-mail para contato, cópias destes documentos e comprovante de endereço;

XII – Declaração de que a Associação e/ou Cooperativa não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (ANEXO 06);

XIII – Declaração do proponente de que não está em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta, federal, estadual e municipal;

XIV – Declaração do representante legal da Associação e/ou Cooperativa informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas;

XV – Declaração de Idoneidade (ANEXO 07);

XVI – A Associação e/ou Cooperativa deverá apresentar documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, que comprove sua constituição no Município de Toledo;

XVIII – Declaração atestando a ausência de vínculo empregatício de cada Associado/Cooperado com o poder público;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

006

XVI – A Associação e/ou Cooperativa deverá apresentar documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, que comprove sua constituição no Município de Toledo;

XVIII – Declaração atestando a ausência de vínculo empregatício de cada Associado/Cooperado com o poder público;

XIX – Declaração de que não possuem fins lucrativos, condição demonstrada por meio dos atos constitutivos da entidade (ANEXO 01);

XX – Declaração de que não possuem infraestrutura para realizar o gerenciamento, o recebimento, a triagem, a segregação, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos recicláveis e reutilizáveis (ANEXO 02);

XXI – Após a assinatura do Credenciamento/Termo de Compromisso/Cessão de Uso, o Alvará de Funcionamento deverá ser em nome da CONTRATADA.

Parágrafo Único – Para documentação do inciso XXI a CONTRATADA terá até 60 dias para providenciar, após assinatura do Credenciamento/Termo de Compromisso/ Cessão de Uso.

9. DO RESULTADO

9.1 O resultado provisório da classificação será publicado em diário oficial e divulgado na página eletrônica do Município de Toledo.

9.2 Após ultimados os atos necessários à depuração do resultado final, a listagem das entidades credenciadas será publicada em diário oficial e divulgada na página eletrônica do Município de Toledo.

10. DO TERMO DE COMPROMISSO

10.1 A entidade credenciada firmará Termo de Compromisso com Prefeitura Municipal de Toledo (ANEXO 08).

10.2 A entidade credenciada classificada será convocada para firmar Termo de Compromisso no prazo de 05 (cinco) dias corridos.

10.3 O Termo de Compromisso terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

11. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS PRODUTOS

11.1 As especificações e quantidade dos produtos objeto do presente edital serão conforme segue:

Item	Unidade	Qtde	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
1	Tonelada	1.380	Valor por Produtividade (VP) equivalente a R\$ 160,00/tonelada de resíduos recicláveis e reutilizáveis comercializados, contendo o peso e o valor recebido, comprovado por notas fiscais e/ou certificados de destinação.	R\$ 160,00	R\$ 220.800,00



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

11.2 A quantidade média estimada de resíduos sólidos urbanos potencialmente reutilizáveis e/ou recicláveis secos coletadas no Município é de 115 (cento e quinze) toneladas ao mês.

11.2.1 A referida média tem como base as pesagens da coleta seletiva realizada nos 12 (doze) últimos meses, no qual está em 104 (cento e quatro) toneladas ao mês.

11.2.2 Ademais, considerando as intensas campanhas de divulgação do Programa TooReciclando, afim de conscientizar a população da importância da separação adequada dos materiais recicláveis, aumentou-se a estimativa mensal para 115 toneladas.

11.2.3 Considerando também, a projeção dos cenários (item 12.2) , por meio do Potencial Teórico de Geração (PTG) de recicláveis gerados no município, estima-se que atualmente 8% do material gerado, onde tratado e comercializado, totaliza-se 115 (cento e quinze) toneladas ao mês, chegando ao 3º ano (cenário projetado), o máximo de 418 toneladas.

11.2.3.1 A meta a ser assumida envolve o direcionamento deste Potencial, em parte ou em sua totalidade, à UVR Toledo. Atualmente, o PTG do município de Toledo/PR é de 975 toneladas por mês, calculado a partir de médias de geração per capita (0,80 kg/hab.dia) e habitantes (135.538 hab).

		% PTG
PTG de Toledo/PR	975 ton/mês	100%
Parcela atual do PTG comercializado	80 ton/mês	8%
Meta ideal de material comercializado	418 ton/mês	53%

$$\text{Potencial teórico de geração de recicláveis} = \text{POPULAÇÃO} \times \text{GERAÇÃO PER CAPITA} \times 30 \% \text{ RECICLÁVEIS}$$

IBGE, 2017

PRGIRSU-PR, 2013

12. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 Em justificativa ao valor da contratação, são apresentados a seguir dois cenários para Toledo implantar a separação e beneficiamento dos materiais recicláveis que são coletados no município. Dessa forma, consideramos que as despesas de energia elétrica e água são de responsabilidade do município, ou seja, esse custo refere-se apenas na remuneração das pessoas envolvidas. No primeiro cenário sugere-se o arranjo produtivo da contratação da cooperativa de catadores para desenvolver a atividade, no segundo cenário o município disponibilizando funcionários públicos para realizarem o serviço.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

12.1.1 Podemos observar que no primeiro cenário o valor pelo pagamento da produtividade aos catadores teria o custo de 37.440,00 reais para o município, seria **278%** a menos comparado se o município executar com mão de obra própria considerando a renda de **2.020,00** por pessoa (Funcionário Público). Mesmo na capacidade máxima da UVR o custo para o município no contrato com os catadores seria de R\$: **63.520,00**, apenas **123%** do custo com mão de obra própria.

CENÁRIO DO ANO 2



12.1.2 Considerando os equipamentos já instalados na Unidade de Valorização de Recicláveis, o cenário acima apresenta a capacidade operacional de produção média de 234 toneladas ao mês, e que, seriam necessárias 70 (setenta) pessoas trabalhando na UVR para atender essa demanda.

12.2 A tabela abaixo é um comparativo do cenário de hoje aonde os catadores possuem uma renda inferior a um salário mínimo e uma evolução de três anos de atividade, onde no segundo ano é considerado uma contratação do município a cooperativa de catadores no valor de 160,00 reais a tonelada dos materiais que forem reciclados.

CENÁRIOS PROJETADOS

	HOJE	1º ANO		2º ANO	3º ANO
		1 - Atual (8 % PTG)	2 - 20% PTG	3 - 30% PTG + Contratação	4 - 40% PTG + Contratação
Material coletado estimado (ton/mês)	115	195		292	418
Taxa de rejeito	30%	25%		20%	5%
Rejeito (ton/mês)	35	49		58	21
Material Comercializado - META PTG (ton/mês)	80	146		234	397
Preço Médio do material (R\$/ton)	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 450,00
Receita de Comercialização	R\$ 36.000,00	R\$ 65.700,00	R\$ 105.300,00	R\$ 178.650,00	
Contrato Serviços Ambienteis (R\$ 160,00/ton)	-	-	R\$ 37.440,00	R\$ 63.520,00	
Fundo da Associação (5%)	-	RS 3.285,00	R\$ 5.265,00	R\$ 8.932,50	
Catadores	46	60	70	85	
Renda Média por Catador	R\$ 783,00	R\$ 1.040,00	R\$ 1.964,00	R\$ 2.744,00	

12.3 Destarte que, o valor a ser repassado para a Contratada, será mediante a Produtividade (VP), sendo este equivalente a R\$ 160,00/tonelada de resíduos recicláveis e reutilizáveis comercializados, contendo o peso e o valor recebido, comprovado por notas fiscais e/ou certificados de destinação do respectivo mês.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

12.4 Estes dados mostram que o recurso financeiro a ser repassado pelo município se constitui apenas em um complemento de renda ao trabalho dos catadores à médio prazo, uma vez que os mesmos são extremamente importantes na cadeia da reciclagem, auxiliando de forma significativa na coleta seletiva e no aproveitamento.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Caberá à CONTRATADA manter os equipamentos e as condições necessárias à operacionalização das Unidades de Valorização de Recicláveis – URVs e disponibilizar meios que atendam as normatizações estabelecidas pelo Poder Público, inclusive quanto à limpeza e organização dos locais.

13.2 A CONTRATADA deverá executar as atividades previstas no Termo de Compromisso, ANEXO 08 deste edital, com rigorosa observância às condições e objetivos pactuados, visando à promoção do desenvolvimento econômico-social dos catadores de materiais recicláveis associados/cooperados;

13.3 Caberá à CONTRATADA o acondicionamento da carga com a triagem e segregação dos resíduos recicláveis e reutilizáveis em local determinado pelo Município por meio da assinatura de Termo de Compromisso, por tempo determinado.

13.4 Caberá à CONTRATADA manter a área interna e externa limpa e desobstruída. É vedada a utilização da área de passeio para qualquer etapa do processo de manuseio do material reciclável.

13.5 Caberá à CONTRATADA comunicar e justificar com mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao Contratante, quando houver impedimento em receber os resíduos.

13.6 Caberá à CONTRATADA informar quando houver resíduos perigosos – Classe I, com as quantidades e origens, compreendendo que é responsabilidade do gerador arcar com os custos de destinação destes materiais sendo de responsabilidade do Poder Público providenciar para que o gerador cumpra sua obrigação de dar destinação final correta de tais materiais.

13.7 A CONTRATADA deverá assegurar aos associados/cooperados os meios necessários para a triagem, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos, bem como sua posterior comercialização.

13.8 A CONTRATADA deverá garantir a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários pelos associados/cooperados, bem como, atender a Legislação Trabalhista.

13.9 A CONTRATADA estará proibida de utilizar animais em qualquer etapa da gestão dos resíduos recicláveis.

13.10 Cabe a CONTRATADA promover capacitações aos associados/cooperados quanto às normas ambientais e de saúde humana, inclusive utilizando oportunidades quando oferecidas pelo Poder Público.

13.11 A CONTRATADA poderá buscar, com o auxílio da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento, a celebração de parceria com entidades/fundações públicas e/ou privadas, para realizar capacitações de associados e cooperados com intuito de aprender novas técnicas e/ou aprimorar as já utilizadas;

13.12 A CONTRATADA deverá demonstrar e comprovar ao Município a aplicação e os resultados dos recursos financeiros envolvidos, sempre que solicitado.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

008

13.13 A CONTRATADA deverá orientar os associados/cooperados quanto à triagem, acondicionamento, processamento, beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos, bem como sua posterior comercialização.

13.14 A CONTRATADA poderá propiciar cursos de capacitação aos associados/cooperados quanto ao empreendedorismo, associativismo, informática, segurança do trabalho e operacionalização dos equipamentos.

13.15 A CONTRATADA poderá buscar a inserção de novos associados/cooperados ao Programa, constantemente.

13.16 A CONTRATADA deverá fiscalizar o uso dos EPIs pelos associados/cooperados.

13.17 A CONTRATADA deverá buscar aumento da renda aos associados/cooperados.

13.18 A CONTRATADA deverá fazer todas as manutenções necessárias dos equipamentos cedidos pelo Município à Associação e/ou Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis, conforme Termo de Compromisso (ANEXO 08).

13.19 A CONTRATADA deverá fazer todas as manutenções prediais necessárias do imóvel cedido pelo Município por meio da assinatura de Termo de Compromisso.

13.20 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por manter e conservar em boas condições espaços, máquinas, equipamentos e mobiliário que lhes forem disponibilizados para o desenvolvimento das atividades previstas no Termo de Compromisso e Cessão de Uso (ANEXO 08), mantendo-os em perfeitas condições de uso e operação ao final de cada jornada de trabalho.

13.21 A CONTRATADA deverá fornecer no ato da assinatura do Termo de Compromisso (ANEXO 08) e, sempre que solicitado pela Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e de Saneamento, a relação de todos os associados/cooperados.

13.22 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados às instalações e/ou bens do Município, em especial dos que lhe tenham sido cedidos para a consecução do objeto pactuado.

13.23 A CONTRATADA deverá destinar as receitas provenientes da comercialização de resíduos recicláveis e reutilizáveis, conforme os termos da declaração de rateio apresentada à Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e de Saneamento, bem como comprovar, mensalmente, por meio de relatório de rateio dos associados/cooperados contendo memorial de cálculo com a discriminação dos ganhos de todos os associados/cooperados e valor destinado a fundo de reserva.

13.24 O credenciamento para Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais, implicará na responsabilização legal da entidade e a presunção de veracidade dos documentos encaminhados pela mesma.

13.25 A CONTRATADA deverá conduzir e executar os serviços, utilizando-se todos os critérios técnicos e recursos necessários para o alcance dos resultados e de acordo e em conformidade com as ações descritas neste documento;

13.26 A CONTRATADA não poderá ceder o contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, bem como não será admitida a subcontratação total dos serviços objeto do contrato, exceto quando houver autorização expressa pelo Município a partir das justificativas apresentadas;

13.27 A CONTRATADA deverá responder e arcar com o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e fiscais, inclusive o pagamento, na época devida, de eventuais tributos incidentes sobre o presente instrumento.

13.28 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pelo cumprimento de todas as obrigações fiscais, bem como outras previstas em legislação específica,



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

reconhecendo que o descumprimento e inadimplência não transfere responsabilidade à Administração Pública Municipal.

13.29 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município de Toledo ou a terceiros por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços do objeto deste documento, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.30 A CONTRATADA deverá dar amplo acesso aos servidores designados pelo Município de Toledo aos documentos, contabilidade, barracões e demais ambientes, colaborando com a melhoria contínua dos serviços prestados.

13.31 Os direitos dos associados/cooperados, são os resultados da Associação e/ou Cooperativa. A forma como esse direito é regulamentado é definida no estatuto social, assim como os benefícios eximindo a CONTRATANTE de qualquer encargo.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 Caberá a CONTRATANTE solicitar às informações que forem necessárias com a periodicidade que se fizer necessário.

14.2 Efetuar o pagamento à Contratada, após o cumprimento das formalidades legais.

14.3 Proporcionar todos os meios para que a contratada possa desempenhar a prestação de serviço dentro das normas estabelecidas.

14.4 Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste Edital.

14.5 Fornecer à contratada, todos os esclarecimentos, e demais informações que está venha a solicitar.

14.6 Proceder com o acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos serviços.

14.7 Exercer a fiscalização das atividades por meio de servidores designados para integrarem a Comissão de Fiscalização, na forma prevista por Portaria, responsáveis por formalizar à entidade as ressalvas e falhas apuradas.

14.8 Exigir da entidade, e de seus associados, dirigentes e representantes, todas as providências necessárias ao bom andamento das atividades ajustadas.

14.9 Implantar, acompanhar e controlar as atividades realizadas pela entidade de catadores de materiais recicláveis selecionada, assegurando-se de que atendam todas as condições estabelecidas no Termo de Compromisso (ANEXO 08) do Edital, e na legislação vigente.

14.10 Notificar à entidade, por intermédio da Comissão de Fiscalização para que regularize impropriedade/irregularidade que prejudique o objetivo ou resultados sociais, econômicos e/ou ambientais almejados, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de rescisão do Termo de Compromisso (ANEXO 08) do Edital, assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa.

14.11 Observar para que os itens cedidos de forma provisória, na forma deste subitem, sejam utilizados e restituídos ao Município de Toledo na conclusão ou rescisão do Termo de Compromisso e Cessão de Uso (ANEXO 08) deste edital, nas mesmas condições de operação em que foram formalmente recebidos.

14.12 A Comissão de Fiscalização fiscalizará a execução do Termo de Compromisso (ANEXO 08) do Edital, registrando todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório, enviado à Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento e à entidade para imediata correção ou reparo das falhas ou imperfeições apontadas.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

009

14.13 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na realização do serviço, para que seja reparado ou corrigido.

14.14 A existência ou atuação da fiscalização não restringe ou reduz a responsabilidade única e exclusiva da entidade, relativamente à adequada execução do objeto ajustado.

14.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.16 É de responsabilidade da CONTRATADA apenas as despesas de energia elétrica e água, devido ao sistema de abastecimento estar interligado a infraestrutura já existente do Aterro Sanitário.

15. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

15.1 O envelope contendo a Documentação de Habilitação deverá ser entregue no Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Toledo endereçado ao Setor de Licitações e Contratos, devidamente lacrado, constando da face os seguintes dizeres:

COLETA SELETIVA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° XXX/2019

ENVELOPE 1– DA PROPOSTA DE TRABALHO

ENVELOPE 2 – DA DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO

PROPONENTE:

15.1.1 A apresentação de proposta pelas Associações e/ou Cooperativas deverá ser por meio de:

Apresentação de todos os documentos conforme relação do item 8.1 deste edital.

16. DO PRAZO

16.1 O Credenciamento dar-se-á pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Contrato.

17.1 DO PAGAMENTO

17.1 Os pagamentos serão efetuados, conforme Relatório de resíduos recicláveis e reutilizáveis comercializados, contendo informação do peso e valor recebido, bem como comprovado por notas fiscais e/ou certificados de destinação referente ao mês anterior.

17.2 O pagamento será feito mensalmente, sendo que cada parcela será variável de acordo com a produtividade da entidade no mês correspondente.

17.3 O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária de titularidade da Contratada, sendo vedada à emissão de títulos ou boletos pela mesma.

17.4 A Credenciada deverá apresentar mensalmente até o dia 05 (cinco) de cada mês as notas fiscais e os certificados de destinação referentes a comercialização dos resíduos recicláveis e reutilizáveis e até a mesma data a contratante deverá fornecer relatório de entrega dos mesmos para subsidiar os pagamentos com a comprovação da execução dos



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

serviços do mês. As notas e os relatórios deverão ser protocolados para análise junto ao Departamento Administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento. Os pagamentos somente serão realizados após a análise e aprovação dos relatórios, sendo obrigação do poder público viabilizá-lo em tempo acordado.

17.5 Os relatórios deverão ser elaborados e apresentados junto ao Departamento Administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento, de forma precisa, completa, limpa e clara e deverão conter todos os elementos necessários para a perfeita compreensão e entendimento dos dados apurados, tais como:

I – Relatório de resíduos recicláveis e reutilizáveis recebidos na Unidade;

II – Relatório de resíduos recicláveis e reutilizáveis comercializados, contendo informação do peso e valor recebido, bem como comprovado por notas fiscais e/ou certificados de destinação;

III – Relatório de destinação de rejeitos, emitido pela empresa responsável pela operação do aterro sanitário;

IV – Relatório de ações de educação ambiental, comprovado por fotos, releases de notícias e/ou lista de presença;

V – Relatório de despesas, comprovado por cópias de notas fiscais e recibos de pagamento;

VI – Relatório de rateio dos associados/cooperados contendo memorial de cálculo com a discriminação dos ganhos de todos os associados/cooperados e valor destinado a fundo de reserva;

VII – Relatório de frequência dos associados/cooperados.

17.6 Os pagamentos somente serão realizados após a aprovação dos relatórios apresentados.

17.7 A fiscalização do contrato será feita pela Comissão de Fiscalização, a qual terá até 5 (cinco) dias após a entrega de cada relatório mensal para análise dos dados fornecidos.

18. DOS VALORES E NATUREZA DAS DESPESAS

18.1 Os valores a serem repassados por meio deste edital serão atendidas pela dotação orçamentária da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento, sendo o total de R\$ 220.800,00 (duzentos e vinte mil, oitocentos reais) por ano.

18.2 Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços correrão por conta dos recursos do orçamento previsto na Dotação Orçamentária: 9800 (000) e 9810 (511).

19. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1 O julgamento das instituições participantes da presente Chamada Pública será realizado pela Comissão de Seleção e Fiscalização.

19.2 A Comissão de Seleção e Fiscalização será designada por Portaria específica e terá a atribuição de abrir e julgar os documentos apresentados no Envelope 1, e realizar as análises e julgamento dos requisitos descritos no item 8 deste edital, visando a habilitação e a classificação das instituições participantes.

19.4 A Comissão de Seleção e Fiscalização poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da imparcialidade e da transparência.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

010

19.5 A Comissão de Seleção do Edital será composta pelos seguintes membros, conforme Portaria 574/2019:

- a) André Dalla Vechia;
- b) Luiz Carlos Fabris;
- c) Neudi Mosconi;
- d) Anna Lucia Guaiume.

19.6 A fiscalização das atividades decorrentes do Termo de Compromisso ficará a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento.

19.7 A Comissão de Fiscalização das atividades decorrentes do Termo de Compromisso será composta pelos seguintes membros, conforme Portaria 575/2019:

- a) Neudi Mosconi;
- b) Scheila Taimara da Silva; e
- c) Anna Lucia Guaiume.

19.8 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Nº 8.666, de 1993.

19.9 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20. DAS ETAPAS DE SELEÇÃO E ANÁLISE:

20.1 As propostas submetidas pelas Associações e/ou Cooperativas serão analisadas e selecionadas pela Comissão de Seleção do edital (Portaria 574/2019) em duas etapas:

I – **Etapa I:** Análise da Proposta de Trabalho e verificação da compatibilidade entre os serviços prestados e a proposta apresentada – que consiste na abertura do Envelope 1 em que constam os itens especificados no 8.3.1 e será realizada a análise, julgamento e homologação do resultado preliminar.

II – **Etapa II:** Análise dos documentos de habilitação – que consiste na abertura do Envelope 2 em que constam os itens especificados no 8.3.2 com a análise e verificação destes;

III – A Comissão de Seleção do edital avaliará todas as propostas entregues dentro dos prazos estabelecidos neste Edital, conforme o cronograma que segue:

PRAZO PARA HABILITAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS INTERESSADAS	10/02/2020	à	30 dias
ETAPA I			
ABERTURA DO ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE TRABALHO E ANÁLISE DA COMISSÃO	xx/xx/2020 xx/xx/2020	à	3 dias úteis
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR	xx/xx/2020		
PERÍODO PARA RECORRER DO RESULTADO – PROPOSTA DE TRABALHO	xx/xx/2020 xx/xx/2020	à	5 dias úteis
PRAZO DE ANÁLISE DA COMISSÃO – RECURSO	xx/xx/2020 xx/xx/2020	à	3 dias úteis



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

ETAPA II

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO E ANÁLISE DA COMISSÃO	2 -	xx/xx/2020 xx/xx/2020	à 3 dias úteis
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR - DOCUMENTAÇÃO	-	xx/xx/2020	
PERÍODO PARA RECORRER DO RESULTADO DOCUMENTAÇÃO	-	xx/xx/2020 xx/xx/2020	à 5 dias úteis
PRAZO DE ANÁLISE DA COMISSÃO – RECURSO	-	xx/xx/2020 xx/xx/2020	à 3 dias úteis
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL	-	xx/xx/2020	

21 CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PONTUAÇÃO TÉCNICA

21.1 Para a determinação da pontuação técnica, considerar-se-ão os fatores relacionados a seguir, declarados na **Etapa I** conforme itens especificados no 8.3.1:

- I – F1 = Fator EXPERIÊNCIA PRÉVIA E APTIDÃO DA ASSOCIAÇÃO E/OU COOPERATIVA;
 II – F2 = Fator PROPOSTA DE TRABALHO (a) – ITEM I (ANEXO 05);
 III – F3 = Fator PROPOSTA DE TRABALHO (b) – ITENS II, III, IV, V, VI, VII e VIII (ANEXO 05).

F1 – EXPERIÊNCIA PRÉVIA E APTIDÃO DA ASSOCIAÇÃO E/OU COOPERATIVA

CRITÉRIOS	PONTOS	PONTO ATRIBUÍDO
Objetiva comprovar experiência prévia e aptidão da Associação e/ou Cooperativa, conforme item 8.3.1 – parágrafo VI deste edital.	1,0 a 3,0	

Nota: Só serão pontuados, no máximo 03 (três) declarações, sendo 01 (um) ponto para cada declaração, os quais deverão ser indicados pela licitante.

F2 - FATOR PROPOSTA DE TRABALHO (a) – ITEM I (ANEXO 05)

CRITÉRIOS	PONTOS	PONTO ATRIBUÍDO
A ASSOCIAÇÃO e/ou COOPERATIVA tem PLENO conhecimento dos trabalhos a que se propõe executar	3,0	
A ASSOCIAÇÃO e/ou COOPERATIVA tem BOM conhecimento dos trabalhos a que se propõe executar	2,0	
A ASSOCIAÇÃO e/ou COOPERATIVA tem conhecimento REGULAR dos trabalhos a que se propõe executar	1,0	
A ASSOCIAÇÃO e/ou COOPERATIVA NÃO apresentou o item I da PROPOSTA DE TRABALHO	DESCLASSIFICADA	

F3 - FATOR PROPOSTA DE TRABALHO (b) – ITENS II, III, IV, V, VI, VII e VIII (ANEXO 05)



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

011

CRITÉRIOS	PONTOS	PONTO ATRIBUÍDO
Atende as diretrizes constantes no ANEXO 05 PROPOSTA DE TRABALHO EXCELENTE	3,1 a 4,0	
Atende as diretrizes constantes no ANEXO 05 PROPOSTA DE TRABALHO BOM	2,1 a 3,0	
Atende as diretrizes constantes no ANEXO 05 PROPOSTA DE TRABALHO REGULAR	1,0 a 2,0	
A ASSOCIAÇÃO e/ou COOPERATIVA NÃO apresentou os itens II, III, IV, V, VI, VII e VIII da PROPOSTA DE TRABALHO (ANEXO 05)	DESCASSIFICADA	

III – As propostas, cuja formatação estiverem fora dos padrões estabelecidos nos anexos deste edital (com ausência de itens ou itens em branco) ou com documentações incompletas ilegíveis e desatualizadas, serão desclassificadas.

IV – Em caso de empate entre as Associações e/ou Cooperativas, será considerada credenciada a que possuir maior número de Associados/Cooperados.

22. DOS RESULTADOS E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

22.1 Os resultados serão publicados no sítio <http://www.toledo.pr.gov.br> e no Órgão Oficial Eletrônico do Município de Toledo, com o CNPJ e nome das Associações e/ou Cooperativas e pontuação das Propostas.

22.2 Após a publicação do resultado preliminar com a ordenação das propostas e julgamento de eventuais recursos, a Comissão de Seleção do edital verificará os documentos de habilitação dos selecionados, fará a publicação do resultado preliminar da documentação e a partir disso haverá a publicação do resultado final.

22.3 A Comissão de Seleção do edital habilitará as Associações/Cooperativas que atingirem o índice mínimo de 07 (sete) pontos, não podendo zerar em nenhuma das questões sob pena de desclassificação.

Parágrafo único – A homologação do processo não gera para a Associação e/ou Cooperativa direito subjetivo à celebração da parceria, constituindo-se mera expectativa de direito, impedindo, no entanto, a administração pública do Município de Toledo de celebrar outro instrumento de parceria para o mesmo objeto que não esteja de acordo com a ordem do resultado do Chamamento Público.

23. DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

23.1 Referente ao Edital

I – Até 03 (três) dias úteis anterior ao término do prazo de apresentação de propostas para habilitação, quaisquer Associações e/ou Cooperativas, de forma fundamentada, poderá impugnar este Edital Público;

II – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data limite para recebimento das propostas;

III – A falta da manifestação no prazo estipulado no inciso I importará a decadência do direito de impugnação.

23.2. Referente às Decisões da Comissão de Seleção do edital



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

I – Após encerrado o prazo de apresentação de proposta para habilitação deste chamamento público, a Comissão de Seleção do edital, terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para analisar os projetos e publicar o resultado preliminar;

II – Na fase de análise do Envelope 1 – Proposta de Trabalho, em havendo necessidade de esclarecimentos, a Comissão de Seleção do edital poderá baixar diligência destinada a esclarecer dúvidas, a qual deverá ser respondida pela Associação e/ou Cooperativa interessada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas; Tais esclarecimentos não se aplicam para a falta de documentação estabelecida neste edital, falta esta, a qual resultará na desclassificação;

III – Da publicação do Resultado Preliminar caberá recurso, no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar da divulgação dos resultados, devendo ser protocolado na Prefeitura e dirigido ao Presidente da Comissão, que poderá reconsiderar a decisão;

IV – A Comissão terá o prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data de protocolo do recurso para resposta aos recursos apresentados.

V – Na fase de análise do Envelope 2 – Documentação/Habilitação, em havendo necessidade de esclarecimentos, a Comissão de Seleção do edital poderá baixar diligência destinada a esclarecer dúvidas, a qual deverá ser respondida pela Associação e/ou Cooperativa interessada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas. Tais esclarecimentos não se aplicam para a falta de documentação estabelecida neste edital, falta esta, a qual resultará na desclassificação.

VI – Será realizada a publicação do resultado preliminar da documentação, à qual haverá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, devendo ser protocolado na Prefeitura e dirigido ao Presidente da Comissão, que poderá reconsiderar a decisão;

VII – Após a análise dos recursos, a Comissão de Seleção do edital fará a publicação do Resultado Final do Chamamento Público.

24. DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

24.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 720, de 05 de outubro de 2015.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

I – “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

II – “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III – “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV – “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

V – “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima;



(ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

25.1.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pelo descumprimento das normas e legislações pertinentes à execução do Contrato, o município de Toledo, poderá, ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

25.1.2 O participante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

25.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

25.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

25.2.2 Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

25.2.3 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho ou contrato, no caso de inexecução total do objeto;

25.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

25.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

25.2.6 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal;

25.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada resarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

25.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

25.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

25.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

25.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

25.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

25.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a reincidência de transgressões por parte da Contratada, levando em consideração todos os atos Celebrados com a Contratante, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

25.6 A aplicação das sanções administrativas não exclui a responsabilização do licitante por eventuais perdas ou danos causados ao Município de Toledo.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

25.7 As sanções administrativas previstas neste item 25 serão aplicadas sem prejuízo das cominações impostas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e do Decreto 051, de 13 de abril de 2005, alterado pelo Decreto 452, de 30 de novembro de 2010, que institui o Sistema de Regime de Preços no Município de Toledo.

26. DAS PROPOSTAS DE TRABALHO E DOCUMENTAÇÃO

26.1 Ajustes na Proposta de Trabalho e regularização de documentação, se necessário:

26.1.1 Caso se verifique irregularidade material nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, as Associações e/ou Cooperativas serão comunicadas do fato e instadas a regularizar sua situação, no prazo de 07 (sete) dias corridos, sob pena de não celebração das parcerias.

26.1.2 Caso seja constatada necessidade de adequação na proposta de trabalho enviado pelas Associações e/ou Cooperativas, a administração pública solicitará a realização de ajustes e as instituições deverão fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada pela Administração Pública.

27. CONSIDERAÇÕES GERAIS

27.1 A CONTRATADA deverá manter completo sigilo com relação às informações cadastrais, utilizando-as exclusivamente para os objetivos previstos no contrato, não divulgando, reproduzindo, comercializando ou cedendo a terceiros, os conhecimentos técnicos específicos adquiridos ou outros dados de particulares (contribuintes), sem autorização expressa do CONTRATANTE.

27.2 O Município de Toledo reserva-se o direito de a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução dos serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo dos serviços já executados.

27.3 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, pessoa física ou jurídica, durante a execução dos serviços, inclusive, quanto a acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, indenizações, etc., isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possam surgir em decorrência.

27.4 A CONTRATADA deverá ser responsável pela observância da conservação ambiental nas áreas de trabalho, mitigando todos e quaisquer efeitos adversos que por ventura ocorram. Toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA deve ser formalizada por escrito.

27.5 Quando se tratar de “notificação”, a mesma somente tornar-se-á efetiva após o recebimento da mesma por parte da CONTRATADA.

27.6 A ação ou omissão da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, responsabilizando-se a CONTRATADA, inclusive, perante terceiros, por qualquer irregularidade, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer corresponsabilidade.

27.7 Demais detalhes não previstos neste Edital, referente aos descritivos dos serviços a serem realizados, mas que a boa técnica leve a presumir sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitos justificativas para a não apresentação dos mesmos.

28. DOS ESCLARECIMENTOS DE DÚVIDAS

28.1 Esclarecimentos e informações adicionais, prévias ao envio das propostas devem ser solicitados junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento do município de Toledo. Telefone 3378-8355.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

013

29. ANEXOS DO EDITAL

29.1 Fazem parte integrante do presente edital os seguintes anexos:

ANEXO 01 – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUEM FINS LUCRATIVOS, CONDIÇÃO DEMONSTRADA POR MEIO DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA ENTIDADE;

ANEXO 02 – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUEM INFRAESTRUTURA PARA REALIZAR O GERENCIAMENTO, O RECEBIMENTO, A TRIAGEM, A SEGREGAÇÃO, O ACONDICIONAMENTO, O PROCESSAMENTO, O BENEFICIAMENTO E A DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS;

ANEXO 03 – OFÍCIO DIRIGIDO À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO EM NOME DO RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA, SR. NEUDI MOSCONI, SOLICITANDO DOCUMENTO PARA HABILITAÇÃO AO CHAMAMENTO PÚBLICO;

ANEXO 04 – PREENCHIMENTO DO DOCUMENTO “FORMULÁRIO DE CADASTRO DA ENTIDADE” CONFORME MODELO PREESTABELECIDO;

ANEXO 05 – PROPOSTA DE TABALHO;

ANEXO 06 – DECLARAÇÃO DE QUE A ASSOCIAÇÃO E/OU COOPERATIVA NÃO EMPREGA MENOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO 07 – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO 08 – TERMO DE COMPROMISSO;

Toledo, 04 de fevereiro de 2020.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO MUNICIPAL

NEUDI MOSCONI
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

014

ANEXO 01

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUEM FINS LUCRATIVOS

Declaro, para os devidos fins, que a, (entidade) _____, com sede na (Av. Rua, nº complemento) _____, na cidade de Toledo, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº_____, é uma entidade sem fins lucrativos e está em pleno e regular funcionamento desde (data) _____, mantendo suas atividades e cumprindo suas finalidades estatutárias.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 2020.

Assinatura e Identificação do Presidente da Associação e/ou Cooperativa



MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná
Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

015

ANEXO 02

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUEM INFRAESTRUTURA

Declaro, para os devidos fins, que a, (entidade) _____, com sede na (Av. Rua, nº complemento) _____, na cidade de Toledo, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº _____, não possui infraestrutura para realizar o gerenciamento, o recebimento, a triagem, a segregação, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos recicláveis e reutilizáveis.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

____ de _____ de 2020.

Assinatura e Identificação do Presidente da Associação e/ou Cooperativa



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

016

ANEXO 03

MODELO DE OFÍCIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA HABILITAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XXX/2020

Ofício Nº XXX/2020

Toledo, ____ de _____ de 2020.

NEUDI MOSCONI

Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

Prefeitura do Município de Toledo – Paraná

Assunto: Solicitação de Habilitação para credenciamento no Edital de Chamamento Público Nº XXX/2020.

Considerando o Edital de Chamamento Público Nº XXX/2020 para CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas na forma de Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, sem fins lucrativos, constituídas no Município de Toledo, formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, para prestação de serviços de gerenciamento, recebimento, triagem, segregação, acondicionamento, processamento, beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos recicláveis e reutilizáveis, bem como sua posterior comercialização, em atendimento as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento do Município de Toledo/PR. Manifestamos nosso interesse em participar do processo de habilitação. A entidade cumpre os critérios estabelecidos pela LEI Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, LEI FEDERAL Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, LEI FEDERAL Nº 11.445, de 5 e janeiro de 2007, o DECRETO Nº 7.217, de 21 de junho de 2010, LEI FEDERAL Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, DECRETO FEDERAL Nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, LEI FEDERAL Nº 12.690 de 19 de julho de 2012, LEI MUNICIPAL Nº 2.227, de 5 de julho de 2016, LEI MUNICIPAL “R” Nº 52, de 28 de junho de 2017, legislações correlatas e critérios estabelecidos no Edital de Chamamento Público supracitado.

Para tanto, encaminhamos os documentos solicitados no Edital de chamamento, para análise e seleção, pois é de nosso interesse firmar parceria com a Prefeitura do Município de Toledo e com a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento.

Atenciosamente,

Assinatura e Identificação do Presidente da Associação e/ou Cooperativa



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

017

ANEXO 04

MODELO DE FORMULÁRIO PARA CADASTRO DA ENTIDADE

Nome da Entidade: _____, CNPJ: _____, Data da Inscrição: ____ / ____ / ____, Natureza Jurídica: _____, Endereço: _____, Cidade: _____, UF: ____, Telefone: (____) _____, E-mail: _____.

Banco: _____, Conta Corrente: _____, Agência: _____, Praça para pagamento: _____.

Nome do Presidente: _____, Data de Nascimento: _____ / _____ / _____, CPF: _____, RG: _____, ÓRGÃO EXPEDITOR/DATA: _____, Telefone: (____) _____, E-mail: _____.

____ de _____ de 2020.

Assinatura e Identificação do Presidente da Associação e/ou Cooperativa



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

018

ANEXO 05

PROPOSTA DE TRABALHO

I – CONHECIMENTO DO PROBLEMA: (Associação e/ou Cooperativa preencher)

Descrever sobre as atividades que serão realizadas pela Associação e/ou Cooperativa.

II – OBJETO (Associação e/ou Cooperativa preencher)

Descrever qual o objetivo que se pretende alcançar com esta proposta de trabalho.

III – METAS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS: (Associação e/ou Cooperativa preencher)

Quais são as metas quantitativas e qualitativas referentes à Proposta de Trabalho.

IV – IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES VOLTADAS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: (Associação e/ou Cooperativa preencher)

Descrever quais atividades serão realizadas pela Associação e/ou Cooperativa para Educação Ambiental no Município de Toledo.

V – JUSTIFICATIVA: (Associação e/ou Cooperativa preencher)

O que justificaria a contratação do Município com a Associação e/ou Cooperativa?

VI – METODOLOGIA: (Associação e/ou Cooperativa preencher)

Descrever de que forma será realizada a execução do Serviço.

VII – CAPACIDADE, METAS QUANTITATIVAS E PRAZOS DE EXECUÇÃO (Associação e/ou Cooperativa preencher)

VIII – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (Associação e/ou Cooperativa preencher)

Descrever o cronograma das atividades que serão realizadas pela Associação e/ou Cooperativa para Educação Ambiental no Município de Toledo.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

019

ANEXO 06

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

Declaro, para os devidos fins, que a, (entidade) _____, com sede na (Av. Rua, nº complemento) _____, na cidade de Toledo, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº_____, que não possui em seus quadros de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, em observância à Lei Federal Nº 9854 de 27 de outubro de 1999, que altera a Lei Federal Nº 8666/93.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

____ de _____ de 2020.

Assinatura e Identificação do Presidente da Associação e/ou Cooperativa



MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

020

ANEXO 07

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaro, para os devidos fins de direito, que a, (entidade) _____, com sede na (Av. Rua, nº complemento) _____, na cidade de Toledo, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº _____, na qualidade de Proponente no Edital de Chamamento Público Nº XXX/2019, instaurado pelo Município de Toledo, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação da entidade supramencionada e eventual contratação, e que a mesma está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

____ de _____ de 2020.

Assinatura e Identificação do Presidente da Associação e/ou Cooperativa



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

021

ANEXO 08

TERMO DE COMPROMISSO

MINUTA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS XXX/2020

O MUNICÍPIO DE TOLEDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.205.806/0001-88, com endereço a Rua Raimundo Leonardi, Nº 1586, Bairro Centro, Caixa Postal 100, CEP: 85900-110, Toledo – PR; representada por seu Prefeito Municipal Sr. Lucio de Marchi, portador do RG sob Nº 3.168.919-8 e do CPF sob Nº 453.559.759-68, nacionalidade brasileira, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado como CONTRATADA a _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob Nº _____, com sede na (Av. Rua, nº complemento) _____, na cidade de Toledo, Estado do Paraná, nº ___, neste ato representada pelo (a) Sr. (a). _____, nacionalidade brasileira, portador (a) do RG Nº _____ e CPF Nº _____, residente na _____, ajustam entre si o presente contrato, segundo as disposições constantes da Lei Nº 8.666/93, do Edital de Chamamento Público Nº XXX/2019, publicado no Órgão Oficial do Município de Toledo e nos termos, cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

A CONTRATADA prestará serviços mediante credenciamento de Associações e/ou Cooperativas, sem fins lucrativos, constituídas no Município de Toledo, formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, para prestação de serviços de gerenciamento, recebimento, triagem, segregação, acondicionamento, processamento, beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos recicláveis e reutilizáveis, bem como sua posterior comercialização, em atendimento as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento do Município de Toledo/PR, por um período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

Caberá a CONTRATANTE solicitar às informações que forem necessárias com a periodicidade que se fizer necessário.

Efetuar o pagamento à Contratada, após o cumprimento das formalidades legais.

Proporcionar todos os meios para que a contratada possa desempenhar a prestação de serviço dentro das normas estabelecidas.

Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste Edital.

Fornecer à contratada, todos os esclarecimentos, e demais informações que está venha a solicitar.

Proceder com o acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos serviços.

Exercer a fiscalização das atividades por meio de servidores designados para integrarem a Comissão de Fiscalização, na forma prevista por Portaria, responsáveis por formalizar à entidade as ressalvas e falhas apuradas.

Exigir da entidade, e de seus associados, dirigentes e representantes, todas as providências necessárias ao bom andamento das atividades ajustadas.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

Caberá à CONTRATADA informar quando houver resíduos perigosos – Classe I, com as quantidades e origens, compreendendo que é responsabilidade do gerador arcar com os custos de destinação destes materiais sendo de responsabilidade do Poder Público providenciar para que o gerador cumpra sua obrigação de dar destinação final correta de tais materiais.

A CONTRATADA deverá assegurar aos associados/cooperados os meios necessários para a triagem, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos, bem como sua posterior comercialização.

A CONTRATADA deverá garantir a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários pelos associados/cooperados, bem como, atender a Legislação Trabalhista.

A CONTRATADA estará proibida de utilizar animais em qualquer etapa da gestão dos resíduos recicláveis.

Cabe a CONTRATADA promover capacitações aos associados/cooperados quanto às normas ambientais e de saúde humana, inclusive utilizando oportunidades quando oferecidas pelo Poder Público.

A CONTRATADA poderá buscar, com o auxílio da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento, a celebração de parceria com entidades/fundações públicas e/ou privadas, para realizar capacitações de associados e cooperados com intuito de aprender novas técnicas e/ou aprimorar as já utilizadas;

A CONTRATADA deverá demonstrar e comprovar ao Município a aplicação e os resultados dos recursos financeiros envolvidos, sempre que solicitado.

A CONTRATADA deverá orientar os associados/cooperados quanto à triagem, acondicionamento, processamento, beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos, bem como sua posterior comercialização.

A CONTRATADA poderá propiciar cursos de capacitação aos associados/cooperados quanto ao empreendedorismo, associativismo, informática, segurança do trabalho e operacionalização dos equipamentos.

A CONTRATADA poderá buscar a inserção de novos associados/cooperados ao Programa, constantemente.

A CONTRATADA deverá fiscalizar o uso dos EPIs pelos associados/cooperados.

A CONTRATADA deverá buscar aumento da renda aos associados/cooperados.

A CONTRATADA deverá fazer todas as manutenções necessárias dos equipamentos cedidos pelo Município à Associação e/ou Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis, conforme Termo de Compromisso (ANEXO 08).

A CONTRATADA deverá fazer todas as manutenções prediais necessárias do imóvel cedido pelo Município por meio da assinatura de Termo de Compromisso.

A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por manter e conservar em boas condições espaços, máquinas, equipamentos e mobiliário que lhes forem disponibilizados para o desenvolvimento das atividades previstas no Termo de Compromisso e Cessão de Uso (ANEXO 08), mantendo-os em perfeitas condições de uso e operação ao final de cada jornada de trabalho.

A CONTRATADA deverá fornecer no ato da assinatura do Termo de Compromisso (ANEXO 08) e, sempre que solicitado pela Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e de Saneamento, a relação de todos os associados/cooperados.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

023

Item	Unidade	Qtde	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
			recicláveis e reutilizáveis comercializados, contendo o peso e o valor recebido, comprovado por notas fiscais e/ou certificados de destinação.		

A quantidade média estimada de resíduos sólidos urbanos potencialmente reutilizáveis e/ou recicláveis secos coletadas no Município é de 115 (cento e quinze) toneladas ao mês.

A referida média tem como base as pesagens da coleta seletiva realizada nos 12 (doze) últimos meses, no qual está em 104 (cento e quatro) toneladas ao mês.

Ademais, considerando as intensas campanhas de divulgação do Programa TooReciclando, afim de conscientizar a população da importância da separação adequada dos materiais recicláveis, aumentou-se a estimativa mensal para 115 toneladas.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados, conforme Relatório de resíduos recicláveis e reutilizáveis comercializados, contendo informação do peso e valor recebido, bem como comprovado por notas fiscais e/ou certificados de destinação referente ao mês anterior.

O pagamento será feito mensalmente, sendo que cada parcela será variável de acordo com a produtividade da entidade no mês correspondente.

O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária de titularidade da Contratada, sendo vedada à emissão de títulos ou boletos pela mesma.

A Credenciada deverá apresentar mensalmente até o dia 05 (cinco) de cada mês as notas fiscais e os certificados de destinação referentes a comercialização dos resíduos recicláveis e reutilizáveis e até a mesma data a contratante deverá fornecer relatório de entrega dos mesmos para subsidiar os pagamentos com a comprovação da execução dos serviços do mês. As notas e os relatórios deverão ser protocolados para análise junto ao Departamento Administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento. Os pagamentos somente serão realizados após a análise e aprovação dos relatórios, sendo obrigação do poder público viabilizá-lo em tempo acordado.

Os relatórios deverão ser elaborados e apresentados junto ao Departamento Administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento, de forma precisa, completa, limpa e clara e deverão conter todos os elementos necessários para a perfeita compreensão e entendimento dos dados apurados, tais como:

I – Relatório de resíduos recicláveis e reutilizáveis recebidos na Unidade;

II – Relatório de resíduos recicláveis e reutilizáveis comercializados, contendo informação do peso e valor recebido, bem como comprovado por notas fiscais e/ou certificados de destinação;

III – Relatório de destinação de rejeitos, emitido pela empresa responsável pela operação do aterro sanitário;

IV – Relatório de ações de educação ambiental, comprovado por fotos, releases de notícias e/ou lista de presença;

V – Relatório de despesas, comprovado por cópias de notas fiscais e recibos de pagamento;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

024

Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a reincidência de transgressões por parte da Contratada, levando em consideração todos os atos Celebrados com a Contratante, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

A aplicação das sanções administrativas não exclui a responsabilização do licitante por eventuais perdas ou danos causados ao Município de Toledo.

As sanções administrativas previstas neste item 11 serão aplicadas sem prejuízo das cominações impostas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e do Decreto 051, de 13 de abril de 2005, alterado pelo Decreto 452, de 30 de novembro de 2010, que institui o Sistema de Regime de Preços no Município de Toledo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

O licitante/contratante deve observar e o contratado deve observar e fazer observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:

- a) prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) prática fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) prática colusiva: esquematizar ou estabelecer acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitante, visando a estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) prática obstrutiva: “destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de qualquer das práticas acima; e praticar atos com a intenção de impedir materialmente o exercício do direito de inspeção para apuração de qualquer das práticas acima”.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Nos termos da Lei Municipal nº. 2.119 de 18 de janeiro de 2013 e demais legislações pertinentes à corresponsabilidade dos agentes públicos envolvidos, firma o presente contrato, juntamente com o Senhor Prefeito Municipal, a **Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento**, obrigando-se ao cumprimento do contido no art. 3º e incisos da referida Lei Municipal relativo ao objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

Constituem motivo para rescisão do presente contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades nele previstas e na Lei Federal



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

025

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

adquirido vários equipamentos, sendo assim, será entregue no momento da assinatura do contrato a lista atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

O foro para dirimir qualquer dúvida resultante do presente contrato é o da Comarca de Toledo. E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Toledo – PR, ____ de _____ de 2020.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO MUNICIPAL

NEUDI MOSCONI
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO

PRESIDENTE DA ENTIDADE
ASSOCIAÇÃO E/OU COOPERATIVA

TESTEMUNHA 1
NOME:
CPF:

TESTEMUNHA 2
NOME:
CPF:



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

026

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020

DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE TRABALHO 01/04/2020 à 30/04/2020

DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA ABERTURA DO 1º ENVELOPE: 04/05/2020 às 14h00

**LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO,
Rua Raimundo Leonardi, nº 1586 – Bairro Centro, Caixa Postal 100, CEP: 85900-110.**

Valor total estimado: R\$ 220.800,00 (duzentos e vinte mil, oitocentos reais) por ano.

O MUNICÍPIO DE TOLEDO, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento tornam público este Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020 para CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas na forma de Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, sem fins lucrativos, constituídas no Município de Toledo, formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, para prestação de serviços de gerenciamento, coleta, recebimento, triagem, segregação, acondicionamento, processamento, beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos recicláveis e reutilizáveis, bem como sua posterior comercialização, em atendimento as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento do Município de Toledo/PR em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Considerando a LEI N° 5.764, de 16 de dezembro de 1971, LEI FEDERAL N° 8.666, de 21 de junho de 1993, LEI FEDERAL N° 11.445, de 5 e janeiro de 2007, o DECRETO N° 7.217, de 21 de junho de 2010, LEI FEDERAL N° 12.305, de 2 de agosto de 2010, DECRETO FEDERAL N° 7.404, de 23 de dezembro de 2010, LEI FEDERAL N° 12.690 de 19 de julho de 2012, LEI MUNICIPAL N° 2.227, de 5 de julho de 2016, LEI MUNICIPAL “R” N° 52, de 28 de junho de 2017 e legislações correlatas.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020 tem por objeto a seleção de propostas apresentadas por Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, sem fins lucrativos, constituídas no Município de Toledo, formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, para a execução de serviços triagem dos materiais reutilizáveis e/ou recicláveis secos, de características domiciliares; devidamente separados, acondicionados e dispostos nas vias públicas e/ou nos pontos de entrega voluntária pelos municípios, encaminhados às Unidades de Valorização de Recicláveis – UVRs, em atendimento ao Programa TOORECICLANDO, implementado no Município de Toledo, mediante assinatura de contrato, conforme estabelecido neste edital.

1.2 O trabalho é do tipo manual, afim de realizar o recebimento, a triagem, a segregação, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos sólidos domiciliares potencialmente reutilizáveis e/ou recicláveis secos, bem como sua posterior comercialização

1.2.1 Define-se resíduos sólidos domiciliares potencialmente reutilizáveis e/ou recicláveis secos: materiais de plástico, metal, papel e vidro, incluindo embalagens;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

027

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 O Município de Toledo/PR no exercício de suas competências, por meio de ações transformadoras objetiva a reinserção dos resíduos recicláveis e reutilizáveis no mercado visando mitigar efeitos negativos sobre o ambiente e ecossistemas, bem como produzir e potencializar efeitos econômicos e sociais positivos para os catadores de materiais recicláveis.

2.2 Considerando que a Lei n. 12.305/2010 prevê em seu Art. 6º, no inciso VIII, como um dos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

2.3 A contratação dos serviços se justifica pela necessidade de promover a sustentabilidade por meio do gerenciamento, do recebimento, da triagem, da segregação, do acondicionamento e da destinação final adequada dos resíduos recicláveis e reutilizáveis, assim como sua posterior comercialização, visando:

I – Aumentar o índice de separação de resíduos para a reciclagem, trazendo o reconhecimento e inclusão do catador na cadeia da reciclagem;

II – Criar alternativas de espaços para o trabalho do catador de forma a evitar que o resíduo coletado seja levado para moradia;

III – Dar destino ao excedente do resíduo recolhido pela coleta formal que não é processado pela unidade de separação e valorização de rejeitos;

IV – Agregar valor ao resíduo coletado mediante ganho de escala para comercialização, possibilitando o aumento da renda do catador;

V – Promover a capacitação dos Catadores visando à melhoria das suas condições de trabalho e renda, bem como a sua inserção em outras atividades do mercado de trabalho.

2.5 O credenciamento visa possibilitar a participação de Associações e/ou Cooperativas no processo de Gestão de Resíduos Recicláveis, por meio de repasse de resíduos recicláveis e reutilizáveis gerados pelos habitantes do Município de Toledo e coletados através de seu sistema de coleta seletiva municipal.

2.6 Os serviços deverão ser executados utilizando-se todos os critérios técnicos e recursos necessários para que se alcance resultados eficazes, em conformidade com as normas pertinentes e vigentes e com as disposições contidas neste edital.

2.7 Segundo o Plano Operacional da UVR construído pela Fundação Parque Tecnológico Itaipu – PTI, a unidade possui capacidade de tratar 397 toneladas de materiais recicláveis mensalmente, o que equivale a 53% da geração total de recicláveis pelo município de Toledo, com uma produção média de 234 toneladas/mês. Considerando tais informações e todos os equipamentos instalados na UVR, seriam necessários 70 (setenta) funcionários diariamente para suprir esta demanda.

2.8 Considerando que seriam necessárias 70 pessoas para atender a demanda atual, este número estaria distribuído da seguinte forma:

- 44 pessoas nas esteiras de triagem: 02 esteiras com capacidade de 22 pessoas cada;
- Alimentação das esteiras: 04 pessoas (02 em cada esteira)
- Retirada dos materiais (bags) classificados na esteira: 06 pessoas (03 para cada esteira);
- Retirada dos rejeitos: 02 pessoas



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

028

- Produção de fardos: 08 pessoas distribuídas em 03 prensas verticais (02 pessoas em cada prensa e 02 pessoas para transportar os bags da esteira para as prensas);
- Armazenamento de fardos: 02 pessoas;
- Atividades de pátio e limpeza de vidros: 04 pessoas

2.9 Diante do supracitado, devendo a Administração Pública oferecer à população, um serviço adequado, eficiente, seguro e contínuo, por tratar-se de serviço essencial, justifica-se a elaboração do presente edital de CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020.

3. AÇÕES FINANCIÁVEIS:

3.1 – DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LEI FEDERAL N° 12.305/2010)

Redução dos Resíduos Recicláveis Secos Dispostos em Aterros e Inclusão de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

Com o advento da Política Nacional, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos definiu alternativas de gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos e indicou metas, programas e ações a serem alcançadas e implementadas em todo o território nacional. Uma das metas definidas no Plano Nacional é reduzir o percentual dos resíduos secos e orgânicos dispostos em aterros sanitários até o ano de 2031 para a região Sul do País, meta diretamente relacionada à execução e ampliação da coleta seletiva de resíduos.

INDICADORES QUALITATIVOS	INDICADORES QUANTITATIVOS
<ul style="list-style-type: none">- Reduzir o percentual dos resíduos recicláveis secos dispostos em aterros sanitários;- Incluir e fortalecer a organização de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;- Promover o fortalecimento das cooperativas e associações de catadores, incrementando sua eficiência;- Apoiar a realização de projetos, instalação e operação de unidades de triagem, (obras e equipamentos);- Apoiar os Municípios que implantarem programas de coleta seletiva com a participação de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis por meio de associações ou cooperativas;- Promover a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis aos sistemas de logística reversa.	<ul style="list-style-type: none">- Quantidade de resíduos reutilizáveis e recicláveis destinados ao processo de reciclagem;- Número de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis atendidos;- Identificar as ações realizadas na perspectiva do envolvimento dos catadores de materiais recicláveis na gestão e gerenciamento dos resíduos reutilizáveis e recicláveis.

3.2 – PLANO MUNICIPAL DE COLETA SELETIVA (LEI MUNICIPAL N° 2.227/2016)

Inclusão de Catadores de Rua e Estruturação da Cooperativa de Recicladores de Toledo



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

029

A Lei Federal Nº 12.305/2010 estabelece a ordem de prioridade para a gestão dos resíduos, que deixa de ser voluntária e passa a ser obrigatória: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Em consonância à hierarquia de prioridades estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Plano Municipal de Coleta Seletiva do Município de Toledo/PR – Lei Municipal Nº 2.227/2016 leva em conta as ferramentas e instrumentos disponíveis que permitem a execução de ações para cumprimento das diretrizes, metas e programas propostos, as quais pode-se citar: incentivar, conscientizar e motivar a população local às práticas de redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos; reduzir o volume de resíduos dispostos no aterro sanitário municipal; agregar valor aos materiais recicláveis para comercialização através de processos de transformação; e promover a inclusão social de catadores de materiais recicláveis.

INDICADORES QUALITATIVOS	INDICADORES QUANTITATIVOS
<ul style="list-style-type: none">- Reduzir o percentual de volume de resíduos recicláveis destinados ao aterro;- Aumentar o percentual de municípios atendidos pela coleta seletiva de resíduos recicláveis;- Promover capacitação aos catadores em outras atividades de trabalho, visando melhores oportunidades e a superação da condição de catador;- Motivar e fomentar inclusão dos catadores na Unidade de Valorização de Resíduos - UVR conforme demanda;- Contratar a Associação/Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis para prestação de serviços ambientais por prazo específico estabelecendo metas de triagem de resíduos recicláveis destinados na central, com pagamento fixo mensal a ser dividido entre os Cooperados por meio de rateio.	<ul style="list-style-type: none">- Quantidade de resíduos recicláveis coletados e destinados na Unidade de Valorização de Resíduos - UVR;- Quantidade de rejeitos do processo de triagem de resíduos recicláveis na Unidade de Valorização de Resíduos - UVR;- Comparaçao do valor pago pelo Município de Toledo/PR a Associação/Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis para prestação de serviço ambiental com os custos operacionais (R\$/tonelada) para destinação final dos resíduos;- Número de catadores de materiais recicláveis atendidos pelo Programa TOORECICLANDO;- Cadastro de catadores de materiais recicláveis atendidos pelo Programa TOORECICLANDO;- Identificar as ações realizadas na perspectiva do envolvimento dos catadores de materiais recicláveis na gestão e gerenciamento dos resíduos reutilizáveis e recicláveis.

4. DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1 Os serviços de processamento e gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos potencialmente reutilizáveis e/ou recicláveis secos, de características domiciliares deverão ser executados de acordo com este termo de referência.

4.2 Para o desenvolvimento dos trabalhos, a Contratada deverá realizar a gestão das 02 (duas) Unidades de Valorização de Recicláveis – URVs do Programa TOORECICLANDO.

4.3 Para efeitos deste documento entende-se como:

I – Geradores: são pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis por atividades ou empreendimentos que gerem os resíduos definidos neste instrumento;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

030

II – Transportadores: são as pessoas, físicas ou jurídicas, encarregadas da coleta e do transporte dos resíduos entre as fontes geradoras e as áreas de destinação;

III – Processamento: tratamento dado aos resíduos sólidos objetivando a separação de materiais recicláveis e reutilizáveis bem como o seu preparo para a respectiva comercialização;

IV – Gerenciamento de resíduos: é o sistema de gestão que visa reduzir, reutilizar ou reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos para desenvolver e implementar as ações necessárias ao cumprimento das etapas previstas em programas e planos;

V – Reutilização: é o processo de reaplicação de um resíduo, sem transformação do mesmo;

VI – Reciclagem: é o processo de reaproveitamento de um resíduo, após ter sido submetido à transformação;

VII – Beneficiamento: é o ato de submeter um resíduo à operações e/ou processos que tenham por objetivo dotá-los de condições que permitam que sejam utilizados como matéria-prima ou produto;

VIII – Rede: integração de Associações e Cooperativas em uma única entidade de natureza jurídica privada, associativista, popular e solidária;

IX – Educação Ambiental e Comunicação Social: ações educativas e informativas voltadas à população, com vistas à sua adesão e participação na Coleta Seletiva;

X – Conselho Gestor: órgão colegiado composto por catadores e seus representantes.

4.4 Planejamento e Execução dos Serviços:

4.4.1 Fica sob responsabilidade do município o transporte dos resíduos recicláveis e reutilizáveis até a Unidade de Valorização de Resíduos – UVR, anexo ao Aterro Sanitário Municipal, localizado na Rodovia PR-317, km 10.

4.4.2 As participantes deverão realizar o recebimento, a triagem, a segregação, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos recicláveis e reutilizáveis, bem como sua posterior comercialização nas 02 (duas) Unidades de Valorização de Recicláveis – URVs, que será cedida pelo Município por meio da assinatura de Contrato e Cessão de Uso.

4.4.3 No ato da assinatura do contrato será informado quais os equipamentos a serem cedidos pelo Município à Associação e/ou Cooperativa, os quais constarão no Contrato e Cessão de Uso.

4.4.4 A coleta/entrega dos resíduos recicláveis e reutilizáveis somente será efetuada no Município de Toledo.

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1 PESSOAL/EQUIPE TÉCNICA

5.1.1 Competirá à CONTRATADA a mão-de-obra necessária para o desempenho dos serviços contratados, que está estimado em 115 toneladas ao mês, atendendo as condições mínimas de trabalho aos associados/cooperados, sem excesso de esforços físicos e que venham ultrapassar a rotina de 8 horas diárias ou 44 horas semanais.

5.1.2 Durante a execução dos serviços é absolutamente vedado, por parte do pessoal da CONTRATADA, a execução de serviços do objeto contratado em áreas particulares ou a realização de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

031

5.1.3 A CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor do Contrato, antes do início dos serviços, a relação de todos os associados/cooperados com os respectivos números de CPF.

5.1.4 A CONTRATADA deverá fornecer uniformes, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs (com certificação) e demais materiais adequados ao serviço, para garantir a segurança e o bem-estar dos associados/cooperados.

5.1.5 A CONTRATADA deverá responder pela violação, por si, seus associados/cooperados, das leis, regulamentos ou posturas aplicáveis aos serviços.

5.1.6 Os associados/cooperados deverão possuir capacidade física e qualificação para executar os serviços inerentes ao objeto do contrato.

5.1.7 A CONTRATADA deverá responder pela violação, por si, seus associados/cooperados, das leis, regulamentos ou posturas aplicáveis aos serviços.

5.1.9 Será terminantemente proibido aos associados/cooperados da CONTRATADA ingerirem bebidas alcoólicas, fumar cigarro ou fazerem uso de produtos tóxicos em horário de trabalho, de pedirem gratificações ou donativos de qualquer espécie.

5.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

5.2.1 Caberá a CONTRATADA fazer a gestão administrativa e operacional para o trabalho da equipe e dos catadores, organizados em sistema de Associação e/ou Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis.

5.2.2 Caberá a CONTRATADA comprovar economicamente a destinação social dos recursos oriundos da comercialização dos resíduos recicláveis e reutilizáveis, promovendo o desenvolvimento social da Associação e/ou Cooperativa e de seus associados/cooperados, de acordo com a legislação vigente da categoria.

5.2.3 Caberá a CONTRATADA realizar o rateio dos recursos financeiros repassados pelo Município, de acordo com os materiais comercializados, de forma igualitários a todos associados/cooperados, considerando os dias trabalhados.

5.2.4 A CONTRATADA deverá respeitar o meio ambiente, bem como prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente e correlatas, emanadas das esferas Federal, Estaduais e Municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei Federal Nº 12.305/2010.

5.3 PRODUTOS ESPERADOS E FORMA DE APRESENTAÇÃO

5.3.1 A Contratada deverá apresentar mensalmente, à Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento, até o dia 15 (quinze) de cada mês, o relatório com a comprovação da execução dos serviços do mês.

5.3.2 Os relatórios deverão ser elaborados e apresentados de forma precisa, completa, limpa e clara e deverão conter todos os elementos necessários para a perfeita compreensão e entendimento dos dados apurados, tais como:

I – Relatório de resíduos recicláveis e reutilizáveis recebidos na Unidade;

II – Relatório de resíduos recicláveis e reutilizáveis comercializados, contendo informação do peso e valor recebido, bem como comprovado por notas fiscais e/ou certificados de destinação;

III – Relatório da quantidade (peso) e destinação de rejeitos;

IV – Relatório de ações de educação ambiental, comprovado por fotos, releases de notícias e/ou lista de presença;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

032

V – Relatório de despesas, comprovado por cópias de notas fiscais e/ou recibos de pagamento;

VI – Relatório de rateio dos associados/cooperados contendo memorial de cálculo com a discriminação dos ganhos de todos os associados/cooperados e valor destinado a fundo de reserva;

VII – Relatório de frequência dos associados/cooperados.

5.4 DA PERIODICIDADE

5.4.1 A contratada deverá manter regular e diariamente, de **segunda feira a sábado**, das **07h30 às 17h00**, com intervalo de almoço de no mínimo 1hora, os serviços a ela discriminados no presente edital.

5.4.2 Recomenda-se que cada associado/cooperado não ultrapasse a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

Serão credenciadas todas as Associações e/ou Cooperativas que observem os seguintes requisitos:

6.1 Estejam formal e exclusivamente constituídas por Catadores de Materiais Recicláveis no Município de Toledo, que tenham a catação como única fonte de renda.

6.2 Não possuam fins lucrativos, condição demonstrada por meio dos atos constitutivos da entidade (ANEXO 01);

6.3 Não possuam infraestrutura para realizar o recebimento, a triagem, a segregação, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos recicláveis e reutilizáveis (ANEXO 02);

6.4 Apresentem o sistema de rateio entre os associados/cooperados;

6.5 Não permitem o trabalho de pessoa com idade inferior a 18 (dezoito) anos, atendendo a Lei FEDERAL Nº 8.069/1990;

6.7 A comprovação das condições previstas nos itens 6.2 e 6.3 será realizada por meio de declaração firmada pelo representante legal da entidade, conforme ANEXO 01 e ANEXO 02, respectivamente;

6.8 A participação neste processo implica na aceitação e na comprovação de documentação técnica referente à estrutura plena e irrevogável das normas constantes do edital e seus anexos;

6.9 Podem participar do presente CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020 as Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis que observem os requisitos e condições fixados neste Edital e não incorram em nenhuma das vedações a seguir delineadas;

6.10 Podem participar do presente CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020 as Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis que mantenham em seu quadro, catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento de chamamento, bem como atendam as condições e os critérios estabelecidos no objeto, visando o atendimento satisfatório;

6.11 Estar regularmente constituída, comprovando por meio da apresentação dos documentos relacionados neste Edital;

6.12 Estar em regular funcionamento no Município de Toledo;

6.13 Estar em dia com suas obrigações fiscais;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

033

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

6.14 Estar constituída de Conselho Fiscal ou órgão equivalente, dotado de atribuição para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas.

7. DAS VEDAÇÕES

7.1 Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste Edital de Chamamento a Associação e/ou Cooperativa que:

I – Não esteja regularmente constituída no Município de Toledo ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II – Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III – Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV – Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

V – Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão temporária da participação em CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020 e impedimento de celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos;

b) declaração de inidoneidade para participar em CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020 ou celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Associação e/ou Cooperativa resarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

VI – Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos; e

VII – Tenha entre seus dirigentes pessoas:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

VIII – Pessoas jurídicas que tenham em seu quadro servidor público ou dirigente do órgão ou entidade responsável pelo CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

03

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

IX – Pessoas físicas ou jurídicas punidas com a sanção descrita no inciso IV, do art. 87, da Lei N° 8.666/93 por órgão ou entidade integrante de qualquer Ente Federativo ou com a sanção descrita no inciso III, do art. 87, da Lei N° 8.666/93 por órgão ou entidade integrante da Administração Municipal.

Parágrafo Único – Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o resarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a Associação e/ou Cooperativa ou seu responsável legal. A vedação prevista é igualmente aplicada para as sanções dispostas na Lei N° 10.520/02.

8. DA HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

8.1 Para habilitação neste CRENDENCIAMENTO, a Associação e/ou Cooperativa interessada deverá apresentar a seguinte documentação, em original ou cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor que realize a presente convocação, perfeitamente legível, juntamente com as cópias que serão juntadas aos autos.

8.2 As propostas deverão ser entregues da seguinte forma:

I – Em um envelope as Associações e/ou Cooperativas apresentarão a proposta que materializa a etapa competitiva (ENVELOPE 1 conforme item 8.3.1);

II – Em outro envelope as Associações e/ou Cooperativas deverão apresentar os documentos em fotocópia legível (não será aceito cópia em papel FAX), ficando a critério da Comissão a solicitação de qualquer documento em via original (ENVELOPE 2 conforme item 8.3.2).

8.2.1 Os documentos observados as orientações acima, deverão ser entregues em um envelope por completo, exclusivamente no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, situada na Rua Raimundo Leonardi, nº 1586 – Bairro Centro, Caixa Postal 100, CEP: 85900-110, no período de 01/04/2020 a 30/04/2020, no horário de 8h15 às 17h00 para análise e seleção da documentação que comprove o atendimento das exigências relacionadas no item 8.

Parágrafo Único – O não cumprimento dos prazos ou a ausência de quaisquer documentos previstos neste Edital por parte da Associação e/ou Cooperativa acarretará na eliminação da proponente.

8.3 Documentos que deverão ser apresentados para participação do processo de habilitação deste CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020

8.3.1 Documentos constantes no ENVELOPE 1 “DA PROPOSTA DE TRABALHO”:

I – Declaração que não possuem fins lucrativos, condição demonstrada por meio dos atos constitutivos da entidade (ANEXO 01);

II – Declaração que não possuem infraestrutura para realizar o gerenciamento, o recebimento, a triagem, a segregação, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos recicláveis e reutilizáveis (ANEXO 02);

III – Ofício dirigido à Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento em nome do administrador público responsável pela secretaria, Sr. Neudi Mosconi, solicitando documento para habilitação ao CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020 (ANEXO 03);



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

035

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

IV – Preenchimento do documento “Formulário de Cadastro da Entidade” conforme modelo preestabelecido (ANEXO 04);

V – PROPOSTA DE TRABALHO em uma única via (ANEXO 05);

VI – Apresentar relatório de atividades desenvolvidas, anexando comprovantes de vendas emitidos nos últimos 3 (três) meses.

VII – Relação nominal dos Associados e/ou Cooperados da Associação e/ou Cooperativa, com respectivos RG e CPF.

8.3.2 Documentos constantes no ENVELOPE 2 “DA DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO”:

I – Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dentro de seus prazos de validade, se for o caso;

III – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, exigível nos termos da Lei Federal Nº 12.440/2011;

IV – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

V – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

VI – Declaração da RAIS – Relação de Informações Sociais do exercício anterior;

VII – Declaração do proponente de que não está em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta, federal, estadual e municipal;

VIII – Comprovação de constituição por pessoas físicas de baixa renda, com fundamento no Decreto Federal Nº 7.404/2010;

IX – Cópia da Ata de Eleição e Posse da Assembleia Geral de constituição e cópia do Estatuto vigente;

X – Cópia do Estatuto Social e de sua última alteração, autenticado em cartório, que comprove que a Associação e/ou Cooperativa é regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente: objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

XI – Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, contendo endereço, número de Identidade e órgão expedidor – RG, número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal – SRF, de cada um deles, telefone e e-mail para contato, cópias destes documentos e comprovante de endereço;

XII – Declaração de que a Associação e/ou Cooperativa não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (ANEXO 06);

XIII – Declaração do proponente de que não está em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta, federal, estadual e municipal;

XIV – Declaração do representante legal da Associação e/ou Cooperativa informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

036

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

XV – Declaração de Idoneidade (ANEXO 07);

XVI – A Associação e/ou Cooperativa deverá apresentar documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, que comprove sua constituição no Município de Toledo;

XVIII – Declaração atestando a ausência de vínculo empregatício de cada Associado/Cooperado com o poder público;

XIX – Declaração de que não possuem fins lucrativos, condição demonstrada por meio dos atos constitutivos da entidade (ANEXO 01);

XX – Declaração de que não possuem infraestrutura para realizar o gerenciamento, o recebimento, a triagem, a segregação, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos recicláveis e reutilizáveis (ANEXO 02);

XXI – Após a assinatura do Contrato/Cessão de Uso, o Alvará de Funcionamento deverá ser em nome da CONTRATADA.

XXII – Declaração do art. 130 Lei Orgânica (Anexo 09).

Parágrafo Único – Para documentação do inciso XXI a CONTRATADA terá até 60 dias para providenciar, após assinatura do Credenciamento/Contrato/ Cessão de Uso.

9. DO RESULTADO

9.1 O resultado provisório da classificação será publicado em diário oficial e divulgado na página eletrônica do Município de Toledo.

9.2 Após ultimados os atos necessários à depuração do resultado final, a listagem das entidades credenciadas será publicada em diário oficial e divulgada na página eletrônica do Município de Toledo.

10. DO CONTRATO

10.1 A entidade credenciada firmará Contrato com o Município de Toledo.

10.2 A entidade credenciada classificada será convocada para firmar contrato nos termos do art. 24, XXVII da Lei 8.666/93.

10.3 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

11. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS PRODUTOS

11.1 As especificações e quantidade dos produtos objeto do presente edital serão conforme segue:

Item	Unidade	Qtde	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
1	Tonelada	1.380	Valor por Produtividade (VP) equivalente a R\$ 160,00/tonelada de resíduos recicláveis e reutilizáveis comercializados, contendo o peso e o valor recebido, comprovado por notas fiscais e/ou certificados de destinação.	R\$ 160,00	R\$ 220.800,00



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

037

11.2 A quantidade média estimada de resíduos sólidos urbanos potencialmente reutilizáveis e/ou recicláveis secos coletadas no Município é de 115 (cento e quinze) toneladas ao mês.

11.2.1 A referida média tem como base as pesagens da coleta seletiva realizada nos 12 (doze) últimos meses, no qual está em 104 (cento e quatro) toneladas ao mês.

11.2.2 Ademais, considerando as intensas campanhas de divulgação do Programa TooReciclando, afim de conscientizar a população da importância da separação adequada dos materiais recicláveis, aumentou-se a estimativa mensal para 115 toneladas.

11.2.3 Considerando também, a projeção dos cenários (item 12.2), por meio do Potencial Teórico de Geração (PTG) de recicláveis gerados no município, estima-se que atualmente 8% do material gerado, onde tratado e comercializado, totaliza-se 115 (cento e quinze) toneladas ao mês, chegando ao 3º ano (cenário projetado), o máximo de 418 toneladas.

11.2.3.1 A meta a ser assumida envolve o direcionamento deste Potencial, em parte ou em sua totalidade, à UVR Toledo. Atualmente, o PTG do município de Toledo/PR é de 975 toneladas por mês, calculado a partir de médias de geração per capita (0,80 kg/hab.dia) e habitantes (135.538 hab.).

		% PTG
PTG de Toledo/PR	975 ton/mês	100%
Parcela atual do PTG comercializado	80 ton/mês	8%
Meta ideal de material comercializado	418 ton/mês	53%

$$\text{Potencial teórico de geração de recicláveis} = \text{POPULAÇÃO} \times \text{GERAÇÃO PER CAPITA} \times 30\% \text{ RECICLÁVEIS}$$

IBGE, 2017

PRGIRSU-PR, 2013

12. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 Em justificativa ao valor da contratação, são apresentados a seguir dois cenários para Toledo implantar a separação e beneficiamento dos materiais recicláveis que são coletados no município. Dessa forma, consideramos que as despesas de energia elétrica e água são de responsabilidade do município, ou seja, esse custo refere-se apenas na remuneração das pessoas envolvidas. No primeiro cenário sugere-se o arranjo produtivo da contratação da cooperativa de catadores para desenvolver a atividade, no segundo cenário o município disponibilizando funcionários públicos para realizarem o serviço.

12.1.1 Podemos observar que no primeiro cenário o valor pelo pagamento da produtividade aos catadores teria o custo de 37.440,00 reais para o município, seria **278%** a menos comparado se o



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

038

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

município executar com mão de obra própria considerando a renda de **2.020,00** por pessoa (Funcionário Público). Mesmo na capacidade máxima da UVR o custo para o município no contrato com os catadores seria de R\$: **63.520,00**, apenas **123%** do custo com mão de obra própria.

CENÁRIO DO ANO 2



12.1.2 Considerando os equipamentos já instalados na Unidade de Valorização de Recicláveis, o cenário acima apresenta a capacidade operacional de produção média de 234 toneladas ao mês, e que, seriam necessárias 70 (setenta) pessoas trabalhando na UVR para atender essa demanda.

12.2 A tabela abaixo é um comparativo do cenário de hoje aonde os catadores possuem uma renda inferior a um salário mínimo e uma evolução de três anos de atividade, onde no segundo ano é considerado uma contratação do município a cooperativa de catadores no valor de 160,00 reais a tonelada dos materiais que forem reciclados.

	CENÁRIOS PROJETADOS			
	HOJE	1º ANO	2º ANO	3º ANO
	1 - Atual (8 % PTG)	2 - 20% PTG	3 - 30% PTG + Contratação	4 - 40% PTG + Contratação
Material coletado estimado (ton/mês)	115	195	292	418
Taxa de rejeito	30%	25%	20%	5%
Rejeito (ton/mês)	35	49	58	21
Material Comercializado - META PTG (ton/mês)	80	146	234	397
Preço Médio do material (R\$/ton)	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 450,00
Receita de Comercialização	R\$ 36.000,00	R\$ 65.700,00	R\$ 105.300,00	R\$ 178.650,00
Contrato Serviços Ambientais (R\$ 160,00/ton)	-	-	R\$ 37.440,00	R\$ 63.520,00
Fundo da Associação (5%)	-	R\$ 3.285,00	R\$ 5.265,00	R\$ 8.932,50
Catadores	46	60	70	85
Renda Média por Catador	R\$ 783,00	R\$ 1.040,00	R\$ 1.964,00	R\$ 2.744,00

12.3 Destarte que, o valor a ser repassado para a Contratada, será mediante a Produtividade (VP), sendo este equivalente a R\$ 160,00/tonelada de resíduos recicláveis e reutilizáveis comercializados, contendo o peso e o valor recebido, comprovado por notas fiscais e/ou certificados de destinação do respectivo mês.

12.4 Estes dados mostram que o recurso financeiro a ser repassado pelo município se constitui apenas em um complemento de renda ao trabalho dos catadores à médio prazo,



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

039

uma vez que os mesmos são extremamente importantes na cadeia da reciclagem, auxiliando de forma significativa na coleta seletiva e no aproveitamento.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Caberá à CONTRATADA manter os equipamentos e as condições necessárias à operacionalização das Unidades de Valorização de Recicláveis – URVs e disponibilizar meios que atendam as normatizações estabelecidas pelo Poder Público, inclusive quanto à limpeza e organização dos locais.

13.2 A CONTRATADA deverá executar as atividades previstas neste Contrato, com rigorosa observância às condições e objetivos pactuados, visando à promoção do desenvolvimento econômico-social dos catadores de materiais recicláveis associados/cooperados;

13.3 Caberá à CONTRATADA o acondicionamento da carga com a triagem e segregação dos resíduos recicláveis e reutilizáveis em local determinado pelo Município.

13.4 Caberá à CONTRATADA manter a área interna e externa limpa e desobstruída. É vedada a utilização da área de passeio para qualquer etapa do processo de manuseio do material reciclável.

13.5 Caberá à CONTRATADA comunicar e justificar com mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao Contratante, quando houver impedimento em receber os resíduos.

13.6 Caberá à CONTRATADA informar quando houver resíduos perigosos – Classe I, com as quantidades e origens, compreendendo que é responsabilidade do gerador arcar com os custos de destinação destes materiais sendo de responsabilidade do Poder Público providenciar para que o gerador cumpra sua obrigação de dar destinação final correta de tais materiais.

13.7 A CONTRATADA deverá assegurar aos associados/cooperados os meios necessários para a triagem, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos, bem como sua posterior comercialização.

13.8 A CONTRATADA deverá garantir a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários pelos associados/cooperados, bem como, atender a Legislação Trabalhista.

13.9 A CONTRATADA estará proibida de utilizar animais em qualquer etapa da gestão dos resíduos recicláveis.

13.10 Cabe a CONTRATADA promover capacitações aos associados/cooperados quanto às normas ambientais e de saúde humana, inclusive utilizando oportunidades quando oferecidas pelo Poder Público.

13.11 A CONTRATADA poderá buscar, com o auxílio da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento, a celebração de parceria com entidades/fundações públicas e/ou privadas, para realizar capacitações de associados e cooperados com intuito de aprender novas técnicas e/ou aprimorar as já utilizadas;

13.12 A CONTRATADA deverá demonstrar e comprovar ao Município a aplicação e os resultados dos recursos financeiros envolvidos, sempre que solicitado.

13.13 A CONTRATADA deverá orientar os associados/cooperados quanto à triagem, acondicionamento, processamento, beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos, bem como sua posterior comercialização.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

040

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

13.14 A CONTRATADA poderá propiciar cursos de capacitação aos associados/cooperados quanto ao empreendedorismo, associativismo, informática, segurança do trabalho e operacionalização dos equipamentos.

13.15 A CONTRATADA poderá buscar a inserção de novos associados/cooperados ao Programa, constantemente.

13.16 A CONTRATADA deverá fiscalizar o uso dos EPIs pelos associados/cooperados.

13.17 A CONTRATADA deverá buscar aumento da renda aos associados/cooperados.

13.18 A CONTRATADA deverá fazer todas as manutenções necessárias dos equipamentos cedidos pelo Município.

13.19 A CONTRATADA deverá fazer todas as manutenções prediais necessárias do imóvel cedido pelo Município.

13.20 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por manter e conservar em boas condições espaços, máquinas, equipamentos e mobiliário que lhes forem disponibilizados para o desenvolvimento das atividades previstas, mantendo-os em perfeitas condições de uso e operação ao final de cada jornada de trabalho.

13.21 A CONTRATADA deverá fornecer no ato da assinatura do Contrato e, sempre que solicitado pela Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e de Saneamento, a relação de todos os associados/cooperados.

13.22 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados às instalações e/ou bens do Município, em especial dos que lhe tenham sido cedidos para a consecução do objeto pactuado.

13.23 A CONTRATADA deverá destinar as receitas provenientes da comercialização de resíduos recicláveis e reutilizáveis, conforme os termos da declaração de rateio apresentada à Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e de Saneamento, bem como comprovar, mensalmente, por meio de relatório de rateio dos associados/cooperados contendo memorial de cálculo com a discriminação dos ganhos de todos os associados/cooperados e valor destinado a fundo de reserva.

13.24 O credenciamento para Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais, implicará na responsabilização legal da entidade e a presunção de veracidade dos documentos encaminhados pela mesma.

13.25 A CONTRATADA deverá conduzir e executar os serviços, utilizando-se todos os critérios técnicos e recursos necessários para o alcance dos resultados e de acordo e em conformidade com as ações descritas neste documento;

13.26 A CONTRATADA não poderá ceder o contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, bem como não será admitida a subcontratação total dos serviços objeto do contrato, exceto quando houver autorização expressa pelo Município a partir das justificativas apresentadas;

13.27 A CONTRATADA deverá responder e arcar com o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e fiscais, inclusive o pagamento, na época devida, de eventuais tributos incidentes sobre o presente instrumento.

13.28 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pelo cumprimento de todas as obrigações fiscais, bem como outras previstas em legislação específica, reconhecendo que o descumprimento e inadimplência não transfere responsabilidade à Administração Pública Municipal.

13.29 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município de Toledo ou a terceiros por si ou por seus sucessores e representantes na



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

041

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

execução dos serviços do objeto deste documento, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.30 A CONTRATADA deverá dar amplo acesso aos servidores designados pelo Município de Toledo aos documentos, contabilidade, barracões e demais ambientes, colaborando com a melhoria contínua dos serviços prestados.

13.31 Os direitos dos associados/cooperados, são os resultados da Associação e/ou Cooperativa. A forma como esse direito é regulamentado é definida no estatuto social, assim como os benefícios eximindo a CONTRATANTE de qualquer encargo.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 Caberá a CONTRATANTE solicitar às informações que forem necessárias com a periodicidade que se fizer necessário.

14.2 Efetuar o pagamento à Contratada, após o cumprimento das formalidades legais.

14.3 Proporcionar todos os meios para que a contratada possa desempenhar a prestação de serviço dentro das normas estabelecidas.

14.4 Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste Edital.

14.5 Fornecer à contratada, todos os esclarecimentos, e demais informações que está venha a solicitar.

14.6 Proceder com o acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos serviços.

14.7 Exercer a fiscalização das atividades por meio de servidores designados para integrarem a Comissão de Fiscalização, na forma prevista por Portaria, responsáveis por formalizar à entidade as ressalvas e falhas apuradas.

14.8 Exigir da entidade, e de seus associados, dirigentes e representantes, todas as providências necessárias ao bom andamento das atividades ajustadas.

14.9 Implantar, acompanhar e controlar as atividades realizadas pela entidade de catadores de materiais recicláveis selecionada, assegurando-se de que atendam todas as condições estabelecidas no Contrato e no Edital, e na legislação vigente.

14.10 Notificar à entidade, por intermédio da Comissão de Fiscalização para que regularize impropriedade/irregularidade que prejudique o objetivo ou resultados sociais, econômicos e/ou ambientais almejados, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de rescisão do Contrato, assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa.

14.11 Observar para que os itens cedidos de forma provisória, na forma deste subitem, sejam utilizados e restituídos ao Município de Toledo na conclusão ou rescisão do Contrato, nas mesmas condições de operação em que foram formalmente recebidos.

14.12 A Comissão de Fiscalização fiscalizará a execução do Contrato, registrando todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório, enviado à Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento e à entidade para imediata correção ou reparo das falhas ou imperfeições apontadas.

14.13 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na realização do serviço, para que seja reparado ou corrigido.

14.14 A existência ou atuação da fiscalização não restringe ou reduz a responsabilidade única e exclusiva da entidade, relativamente à adequada execução do objeto ajustado.

14.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

042

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

14.16 É de responsabilidade da CONTRATADA apenas as despesas de energia elétrica e água, devido ao sistema de abastecimento estar interligado a infraestrutura já existente do Aterro Sanitário.

15. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

15.1 O envelope contendo a Documentação de Habilitação deverá ser entregue no Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Toledo endereçado ao Setor de Licitações e Contratos, devidamente lacrado, constando da face os seguintes dizeres:

COLETA SELETIVA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020 N° XXX/2019

ENVELOPE 1– DA PROPOSTA DE TRABALHO

ENVELOPE 2 – DA DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO

PROPONENTE:

15.1.1 A apresentação de proposta pelas Associações e/ou Cooperativas deverá ser por meio de:

Apresentação de todos os documentos conforme relação do item 8.1 deste edital.

16. DO PRAZO

16.1 O Credenciamento dar-se-á pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Contrato.

17.1 DO PAGAMENTO

17.1 Os pagamentos serão efetuados, conforme Relatório de resíduos recicláveis e reutilizáveis comercializados, contendo informação do peso e valor recebido, bem como comprovado por notas fiscais e/ou certificados de destinação referente ao mês anterior.

17.2 O pagamento será feito mensalmente, sendo que cada parcela será variável de acordo com a produtividade da entidade no mês correspondente.

17.3 O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária de titularidade da Contratada, sendo vedada à emissão de títulos ou boletos pela mesma.

17.4 A Credenciada deverá apresentar mensalmente até o dia 05 (cinco) de cada mês as notas fiscais e os certificados de destinação referentes a comercialização dos resíduos recicláveis e reutilizáveis e até a mesma data a contratante deverá fornecer relatório de entrega dos mesmos para subsidiar os pagamentos com a comprovação da execução dos serviços do mês. As notas e os relatórios deverão ser protocolados para análise junto ao Departamento Administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento. Os pagamentos somente serão realizados após a análise e aprovação dos relatórios, sendo obrigação do poder público viabilizá-lo em tempo acordado.

17.5 Os relatórios deverão ser elaborados e apresentados junto ao Departamento Administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento, de forma



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

043

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

precisa, completa, limpa e clara e deverão conter todos os elementos necessários para a perfeita compreensão e entendimento dos dados apurados, tais como:

I – Relatório de resíduos recicláveis e reutilizáveis recebidos na Unidade;

II – Relatório de resíduos recicláveis e reutilizáveis comercializados, contendo informação do peso e valor recebido, bem como comprovado por notas fiscais e/ou certificados de destinação;

III – Relatório de destinação de rejeitos, emitido pela empresa responsável pela operação do aterro sanitário;

IV – Relatório de ações de educação ambiental, comprovado por fotos, releases de notícias e/ou lista de presença;

V – Relatório de despesas, comprovado por cópias de notas fiscais e recibos de pagamento;

VI – Relatório de rateio dos associados/cooperados contendo memorial de cálculo com a discriminação dos ganhos de todos os associados/cooperados e valor destinado a fundo de reserva;

VII – Relatório de frequência dos associados/cooperados.

17.6 Os pagamentos somente serão realizados após a aprovação dos relatórios apresentados.

17.7 A fiscalização do contrato será feita pela Comissão de Fiscalização, a qual terá até 5 (cinco) dias após a entrega de cada relatório mensal para análise dos dados fornecidos.

18. DOS VALORES E NATUREZA DAS DESPESAS

18.1 Os valores a serem repassados por meio deste edital serão atendidas pela dotação orçamentária da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento, sendo o total de R\$ 220.800,00 (duzentos e vinte mil, oitocentos reais) por ano.

18.2 Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços correrão por conta dos recursos do orçamento previsto na Dotação Orçamentária: 9800 (000) e 9810 (511).

19. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1 O julgamento das instituições participantes da presente Chamada Pública será realizado pela Comissão de Seleção e Fiscalização.

19.2 A Comissão de Seleção e Fiscalização será designada por Portaria específica e terá a atribuição de abrir e julgar os documentos apresentados no Envelope 1, e realizar as análises e julgamento dos requisitos descritos no item 8 deste edital, visando a habilitação e a classificação das instituições participantes.

19.4 A Comissão de Seleção e Fiscalização poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da imparcialidade e da transparência.

19.5 A Comissão de Seleção do Edital será composta pelos seguintes membros, conforme Portaria 574/2019:

- a) André Dalla Vechia;
- b) Luiz Carlos Fabris;
- c) Neudi Mosconi;
- d) Anna Lucia Guaiume.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

044

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

19.6 A fiscalização das atividades decorrentes do Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento.

19.7 A Comissão de Fiscalização das atividades decorrentes do Contrato será composta pelos seguintes membros, conforme Portaria 575/2019:

- a) Neudi Mosconi;
- b) Scheila Taimara da Silva; e
- c) Anna Lucia Guaiume.

19.8 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Nº 8.666, de 1993.

19.9 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20. DAS ETAPAS DE SELEÇÃO E ANÁLISE:

20.1 As propostas submetidas pelas Associações e/ou Cooperativas serão analisadas e selecionadas pela Comissão de Seleção do edital (Portaria 574/2019) em duas etapas:

I – **Etapa I:** Análise da Proposta de Trabalho e verificação da compatibilidade entre os serviços prestados e a proposta apresentada – que consiste na abertura do Envelope 1 em que constam os itens especificados no 8.3.1 e será realizada a análise, julgamento e homologação do resultado preliminar.

II – **Etapa II:** Análise dos documentos de habilitação – que consiste na abertura do Envelope 2 em que constam os itens especificados no 8.3.2 com a análise e verificação destes;

III – A Comissão de Seleção do edital avaliará todas as propostas entregues dentro dos prazos estabelecidos neste Edital, conforme o cronograma que segue:

PRAZO PARA HABILITAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS INTERESSADAS	01/04/2020 30/04/2020	à 30 dias
ETAPA I		
ABERTURA DO ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE TRABALHO E ANÁLISE DA COMISSÃO	04/05/2020 06/05/2020	à 3 dias úteis
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR	07/05/2020	
PERÍODO PARA RECORRER DO RESULTADO PROPOSTA DE TRABALHO	08/05/2020 14/05/2020	à 5 dias úteis
PRAZO DE ANÁLISE DA COMISSÃO – RECURSO	15/05/2020 19/05/2020	à 3 dias úteis
ETAPA II		
ABERTURA DO ENVELOPE 2 – DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO E ANÁLISE DA COMISSÃO	20/05/2020 22/05/2020	à 3 dias úteis
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR – DOCUMENTAÇÃO	25/05/2020	



MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

045

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

PERÍODO PARA RECORRER DO RESULTADO DOCUMENTAÇÃO	26/05/2020 01/06/2020	à 5 dias úteis
PRAZO DE ANÁLISE DA COMISSÃO – RECURSO	02/06/2020 04/06/2020	à 3 dias úteis
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL	05/06/2020	

21 CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PONTUAÇÃO TÉCNICA

21.1 Para a determinação da pontuação técnica, considerar-se-ão os fatores relacionados a seguir, declarados na **Etapa I** conforme itens especificados no 8.3.1:

I – F1 = Fator EXPERIÊNCIA PRÉVIA E APTIDÃO DA ASSOCIAÇÃO E/OU COOPERATIVA;

II – F2 = Fator PROPOSTA DE TRABALHO (a) – ITEM I (ANEXO 05);

III – F3 = Fator PROPOSTA DE TRABALHO (b) – ITENS II, III, IV, V, VI, VII e VIII (ANEXO 05).

F1 – EXPERIÊNCIA PRÉVIA E APTIDÃO DA ASSOCIAÇÃO E/OU COOPERATIVA

CRITÉRIOS	PONTOS	PONTO ATRIBUÍDO
Objetiva comprovar experiência prévia e aptidão da Associação e/ou Cooperativa, conforme item 8.3.1 – parágrafo VI deste edital.	1,0 a 3,0	

Nota: Só serão pontuados, no máximo 03 (três) declarações, sendo 01 (um) ponto para cada declaração, os quais deverão ser indicados pela licitante.

F2 - FATOR PROPOSTA DE TRABALHO (a) – ITEM I (ANEXO 05)

CRITÉRIOS	PONTOS	PONTO ATRIBUÍDO
A ASSOCIAÇÃO e/ou COOPERATIVA tem PLENO conhecimento dos trabalhos a que se propõe executar	3,0	
A ASSOCIAÇÃO e/ou COOPERATIVA tem BOM conhecimento dos trabalhos a que se propõe executar	2,0	
A ASSOCIAÇÃO e/ou COOPERATIVA tem conhecimento REGULAR dos trabalhos a que se propõe executar	1,0	
A ASSOCIAÇÃO e/ou COOPERATIVA NÃO apresentou o item I da PROPOSTA DE TRABALHO	DESCALIFICADA	

F3 - FATOR PROPOSTA DE TRABALHO (b) – ITENS II, III, IV, V, VI, VII e VIII (ANEXO 05)

CRITÉRIOS	PONTOS	PONTO ATRIBUÍDO
-----------	--------	-----------------



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

046

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

Atende as diretrizes constantes no ANEXO 05 PROPOSTA DE TRABALHO EXCELENTE	3,1 a 4,0	
Atende as diretrizes constantes no ANEXO 05 PROPOSTA DE TRABALHO BOM	2,1 a 3,0	
Atende as diretrizes constantes no ANEXO 05 PROPOSTA DE TRABALHO REGULAR	1,0 a 2,0	
A ASSOCIAÇÃO e/ou COOPERATIVA NÃO apresentou os itens II, III, IV, V, VI, VII e VIII da PROPOSTA DE TRABALHO (ANEXO 05)	DESCASSIFICADA	

III – As propostas, cuja formatação estiverem fora dos padrões estabelecidos nos anexos deste edital (com ausência de itens ou itens em branco) ou com documentações incompletas ilegíveis e desatualizadas, serão desclassificadas.

IV – Em caso de empate entre as Associações e/ou Cooperativas, será considerada credenciada a que possuir maior número de Associados/Cooperados.

22. DOS RESULTADOS E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

22.1 Os resultados serão publicados no sítio <http://www.toledo.pr.gov.br> e no Órgão Oficial Eletrônico do Município de Toledo, com o CNPJ e nome das Associações e/ou Cooperativas e pontuação das Propostas.

22.2 Após a publicação do resultado preliminar com a ordenação das propostas e julgamento de eventuais recursos, a Comissão de Seleção do edital verificará os documentos de habilitação dos selecionados, fará a publicação do resultado preliminar da documentação e a partir disso haverá a publicação do resultado final.

22.3 A Comissão de Seleção do edital habilitará as Associações/Cooperativas que atingirem o índice mínimo de 07 (sete) pontos, não podendo zerar em nenhuma das questões sob pena de desclassificação.

Parágrafo único – A homologação do processo não gera para a Associação e/ou Cooperativa direito à celebração do contrato, constituindo-se mera expectativa de direito.

23. DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

23.1 Referente ao Edital

I – Até 03 (três) dias úteis anterior ao término do prazo de apresentação de propostas para habilitação, quaisquer Associações e/ou Cooperativas, de forma fundamentada, poderá impugnar este Edital Público;

II – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data limite para recebimento das propostas;

III – A falta da manifestação no prazo estipulado no inciso I importará a decadência do direito de impugnação.

23.2. Referente às Decisões da Comissão de Seleção do edital

I – Após encerrado o prazo de apresentação de proposta para habilitação deste CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020, a Comissão de Seleção do edital, terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para analisar os projetos e publicar o resultado preliminar;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

047

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

II – Na fase de análise do Envelope 1 – Proposta de Trabalho, em havendo necessidade de esclarecimentos, a Comissão de Seleção do edital poderá baixar diligência destinada a esclarecer dúvidas, a qual deverá ser respondida pela Associação e/ou Cooperativa interessada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas; Tais esclarecimentos não se aplicam para a falta de documentação estabelecida neste edital, falta esta, a qual resultará na desclassificação;

III – Da publicação do Resultado Preliminar caberá recurso, no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar da divulgação dos resultados, devendo ser protocolado na Prefeitura e dirigido ao Presidente da Comissão, que poderá reconsiderar a decisão;

IV – A Comissão terá o prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data de protocolo do recurso para resposta aos recursos apresentados.

V – Na fase de análise do Envelope 2 – Documentação/Habilitação, em havendo necessidade de esclarecimentos, a Comissão de Seleção do edital poderá baixar diligência destinada a esclarecer dúvidas, a qual deverá ser respondida pela Associação e/ou Cooperativa interessada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas. Tais esclarecimentos não se aplicam para a falta de documentação estabelecida neste edital, falta esta, a qual resultará na desclassificação.

VI – Será realizada a publicação do resultado preliminar da documentação, à qual haverá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, devendo ser protocolado na Prefeitura e dirigido ao Presidente da Comissão, que poderá reconsiderar a decisão;

VII – Após a análise dos recursos, a Comissão de Seleção do edital fará a publicação do Resultado Final do CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020.

24.DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

24.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 720, de 05 de outubro de 2015.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

I – “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

II – “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III – “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV – “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

V – “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

048

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que:

25.1.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pelo descumprimento das normas e legislações pertinentes à execução do Contrato, o município de Toledo, poderá, ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

25.1.2 O participante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

25.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

25.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

25.2.2 Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

25.2.3 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho ou contrato, no caso de inexecução total do objeto;

25.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

25.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

25.2.6 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal;

25.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada resarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

25.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

25.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

25.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

25.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

25.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

25.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a reincidência de transgressões por parte da Contratada, levando em consideração todos os atos Celebrados com a Contratante, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

25.6 A aplicação das sanções administrativas não exclui a responsabilização do licitante por eventuais perdas ou danos causados ao Município de Toledo.

26. DAS PROPOSTAS DE TRABALHO E DOCUMENTAÇÃO

26.1 Ajustes na Proposta de Trabalho e regularização de documentação, se necessário:



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

649

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

26.1.1 Caso se verifique irregularidade material nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, as Associações e/ou Cooperativas serão comunicadas do fato e instadas a regularizar sua situação, no prazo de 07 (sete) dias corridos, sob pena de não celebração das parcerias.

26.1.2 Caso seja constatada necessidade de adequação na proposta de trabalho enviado pelas Associações e/ou Cooperativas, a administração pública solicitará a realização de ajustes e as instituições deverão fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada pela Administração Pública.

27. CONSIDERAÇÕES GERAIS

27.1 A CONTRATADA deverá manter completo sigilo com relação às informações cadastrais, utilizando-as exclusivamente para os objetivos previstos no contrato, não divulgando, reproduzindo, comercializando ou cedendo a terceiros, os conhecimentos técnicos específicos adquiridos ou outros dados de particulares (contribuintes), sem autorização expressa do CONTRATANTE.

27.2 O Município de Toledo reserva-se o direito de a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução dos serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo dos serviços já executados.

27.3 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, pessoa física ou jurídica, durante a execução dos serviços, inclusive, quanto a acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, indenizações, etc., isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possam surgir em decorrência.

27.4 A CONTRATADA deverá ser responsável pela observância da conservação ambiental nas áreas de trabalho, mitigando todos e quaisquer efeitos adversos que por ventura ocorram. Toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA deve ser formalizada por escrito.

27.5 Quando se tratar de “notificação”, a mesma somente tornar-se-á efetiva após o recebimento da mesma por parte da CONTRATADA.

27.6 A ação ou omissão da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, responsabilizando-se a CONTRATADA, inclusive, perante terceiros, por qualquer irregularidade, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer corresponsabilidade.

27.7 Demais detalhes não previstos neste Edital, referente aos descritivos dos serviços a serem realizados, mas que a boa técnica leve a presumir sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitos justificativas para a não apresentação dos mesmos.

28. DOS ESCLARECIMENTOS DE DÚVIDAS

28.1 Esclarecimentos e informações adicionais, prévias ao envio das propostas devem ser solicitados junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento do município de Toledo. Telefone 3378-8355.

29. ANEXOS DO EDITAL

29.1 Fazem parte integrante do presente edital os seguintes anexos:
ANEXO 01 – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUEM FINS LUCRATIVOS,
CONDIÇÃO DEMONSTRADA POR MEIO DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA ENTIDADE;



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

050

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

ANEXO 02 – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUEM INFRAESTRUTURA PARA REALIZAR O GERENCIAMENTO, O RECEBIMENTO, A TRIAGEM, A SEGREGAÇÃO, O ACONDICIONAMENTO, O PROCESSAMENTO, O BENEFICIAMENTO E A DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS;

ANEXO 03 – OFÍCIO DIRIGIDO À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO EM NOME DO RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA, SR. NEUDI MOSCONI, SOLICITANDO DOCUMENTO PARA HABILITAÇÃO AO CHAMAMENTO PÚBLICO;

ANEXO 04 – PREENCHIMENTO DO DOCUMENTO “FORMULÁRIO DE CADASTRO DA ENTIDADE” CONFORME MODELO PREESTABELECIDO;

ANEXO 05 – PROPOSTA DE TABALHO;

ANEXO 06 – DECLARAÇÃO DE QUE A ASSOCIAÇÃO E/OU COOPERATIVA NÃO EMPREGA MENOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO 07 – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO 08 – TERMO DE COMPROMISSO;

Toledo, 04 de fevereiro de 2020.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO MUNICIPAL

NEUDI MOSCONI
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

051

ANEXO 01

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUEM FINS LUCRATIVOS

Declaro, para os devidos fins, que a, (entidade) _____, com sede na (Av. Rua, nº complemento) _____, na cidade de Toledo, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº _____, é uma entidade sem fins lucrativos e está em pleno e regular funcionamento desde (data) _____, mantendo suas atividades e cumprindo suas finalidades estatutárias.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

____ de _____ de 2020.

Assinatura e Identificação do Presidente da Associação e/ou Cooperativa



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

052

ANEXO 02

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUEM INFRAESTRUTURA

Declaro, para os devidos fins, que a, (entidade) _____, com sede na (Av. Rua, nº complemento) _____, na cidade de Toledo, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº _____, não possui infraestrutura para realizar o gerenciamento, o recebimento, a triagem, a segregação, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos recicláveis e reutilizáveis.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

____ de _____ de 2020.

Assinatura e Identificação do Presidente da Associação e/ou Cooperativa



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

053

ANEXO 03

MODELO DE OFÍCIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA HABILITAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020 N° XXX/2020

Ofício N° XXX/2020

Toledo, ____ de _____ de 2020.

NEUDI MOSCONI

Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

Prefeitura do Município de Toledo – Paraná

Assunto: Solicitação de Habilitação para credenciamento no Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020 N° XXX/2020.

Considerando o Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020 N° XXX/2020 para CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas na forma de Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, sem fins lucrativos, constituídas no Município de Toledo, formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, para prestação de serviços de gerenciamento, recebimento, triagem, segregação, acondicionamento, processamento, beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos recicláveis e reutilizáveis, bem como sua posterior comercialização, em atendimento as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento do Município de Toledo/PR. Manifestamos nosso interesse em participar do processo de habilitação.

A entidade cumpre os critérios estabelecidos pela LEI N° 5.764, de 16 de dezembro de 1971, LEI FEDERAL N° 8.666, de 21 de junho de 1993, LEI FEDERAL N° 11.445, de 5 e janeiro de 2007, o DECRETO N° 7.217, de 21 de junho de 2010, LEI FEDERAL N° 12.305, de 2 de agosto de 2010, DECRETO FEDERAL N° 7.404, de 23 de dezembro de 2010, LEI FEDERAL N° 12.690 de 19 de julho de 2012, LEI MUNICIPAL N° 2.227, de 5 de julho de 2016, LEI MUNICIPAL “R” N° 52, de 28 de junho de 2017, legislações correlatas e critérios estabelecidos no Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020 supracitado.

Para tanto, encaminhamos os documentos solicitados no Edital de chamamento, para análise e seleção, pois é de nosso interesse firmar parceria com a Prefeitura do Município de Toledo e com a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento.

Atenciosamente,

Assinatura e Identificação do Presidente da Associação e/ou Cooperativa



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

054

ANEXO 04

MODELO DE FORMULÁRIO PARA CADASTRO DA ENTIDADE

Nome da Entidade: _____, CNPJ: _____, Data da Inscrição: ____ / ____ / ____, Natureza Jurídica: _____, Endereço: _____, Cidade: _____, UF: _____, Telefone: (____) _____, E-mail: _____.

Banco: _____, Conta Corrente: _____, Agência: _____, Praça para pagamento: _____.

Nome do Presidente: _____, Data de Nascimento: ____ / ____ / ____, CPF: _____, RG: _____, ÓRGÃO EXPEDITOR/DATA: _____, Telefone: (____) _____, E-mail: _____.

____ de _____ de 2020.

Assinatura e Identificação do Presidente da Associação e/ou Cooperativa



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

055

ANEXO 05

PROPOSTA DE TRABALHO

I – CONHECIMENTO DO PROBLEMA: (Associação e/ou Cooperativa preencher)
Descrever sobre as atividades que serão realizadas pela Associação e/ou Cooperativa.

II – OBJETO (Associação e/ou Cooperativa preencher)

Descrever qual o objetivo que se pretende alcançar com esta proposta de trabalho.

III – METAS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS: (Associação e/ou Cooperativa preencher)

Quais são as metas quantitativas e qualitativas referentes à Proposta de Trabalho.

IV – IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES VOLTADAS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: (Associação e/ou Cooperativa preencher)

Descrever quais atividades serão realizadas pela Associação e/ou Cooperativa para Educação Ambiental no Município de Toledo.

V – JUSTIFICATIVA: (Associação e/ou Cooperativa preencher)

O que justificaria a contratação do Município com a Associação e/ou Cooperativa?

VI – METODOLOGIA: (Associação e/ou Cooperativa preencher)

Descrever de que forma será realizada a execução do Serviço.

VII – CAPACIDADE, METAS QUANTITATIVAS E PRAZOS DE EXECUÇÃO
(Associação e/ou Cooperativa preencher)

VIII – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (Associação e/ou Cooperativa preencher)

Descrever o cronograma das atividades que serão realizadas pela Associação e/ou Cooperativa para Educação Ambiental no Município de Toledo.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

056

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

ANEXO 06

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

Declaro, para os devidos fins, que a, (entidade) _____, com sede na (Av. Rua, nº complemento) _____, na cidade de Toledo, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº_____, que não possui em seus quadros de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, em observância à Lei Federal Nº 9854 de 27 de outubro de 1999, que altera a Lei Federal Nº 8666/93.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

____ de _____ de 2020.

Assinatura e Identificação do Presidente da Associação e/ou Cooperativa



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

057

ANEXO 07

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaro, para os devidos fins de direito, que a, (entidade) _____, com sede na (Av. Rua, nº complemento) _____, na cidade de Toledo, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº _____, na qualidade de Proponente no Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020 N° XXX/2019, instaurado pelo Município de Toledo, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação da entidade supramencionada e eventual contratação, e que a mesma está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

____ de _____ de 2020.

Assinatura e Identificação do Presidente da Associação e/ou Cooperativa



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

058

ANEXO 08

CONTRATO

MINUTA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS XXX/2020

O MUNICÍPIO DE TOLEDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.205.806/0001-88, com endereço a Rua Raimundo Leonardi, Nº 1586, Bairro Centro, Caixa Postal 100, CEP: 85900-110, Toledo – PR; representada por seu Prefeito Municipal Sr. Lucio de Marchi, portador do RG sob Nº 3.168.919-8 e do CPF sob Nº 453.559.759-68, nacionalidade brasileira, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado como CONTRATADA a _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob Nº _____, com sede na (Av. Rua, nº complemento) _____, na cidade de Toledo, Estado do Paraná, nº ___, neste ato representada pelo (a) Sr. (a). _____, nacionalidade brasileira, portador (a) do RG Nº _____ e CPF Nº _____, residente na _____, ajustam entre si o presente contrato, segundo as disposições constantes da Lei Nº 8.666/93, do Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020 Nº XXX/2019, publicado no Órgão Oficial do Município de Toledo e nos termos, cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

A CONTRATADA prestará serviços mediante credenciamento de Associações e/ou Cooperativas, sem fins lucrativos, constituídas no Município de Toledo, formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, para prestação de serviços de gerenciamento, recebimento, triagem, segregação, acondicionamento, processamento, beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos recicláveis e reutilizáveis, bem como sua posterior comercialização, em atendimento as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento do Município de Toledo/PR, por um período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

Caberá a CONTRATANTE solicitar às informações que forem necessárias com a periodicidade que se fizer necessário.

Efetuar o pagamento à Contratada, após o cumprimento das formalidades legais.

Proporcionar todos os meios para que a contratada possa desempenhar a prestação de serviço dentro das normas estabelecidas.

Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste Edital.

Fornecer à contratada, todos os esclarecimentos, e demais informações que está venha a solicitar.

Proceder com o acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos serviços.

Exercer a fiscalização das atividades por meio de servidores designados para integrarem a Comissão de Fiscalização, na forma prevista por Portaria, responsáveis por formalizar à entidade as ressalvas e falhas apuradas.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

059

Exigir da entidade, e de seus associados, dirigentes e representantes, todas as providências necessárias ao bom andamento das atividades ajustadas.

Implantar, acompanhar e controlar as atividades realizadas pela entidade de catadores de materiais recicláveis selecionada, assegurando-se de que atendam todas as condições estabelecidas no Contrato e no Edital, e na legislação vigente.

Notificar à entidade, por intermédio da Comissão de Fiscalização para que regularize impropriedade/irregularidade que prejudique o objetivo ou resultados sociais, econômicos e/ou ambientais almejados, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de rescisão do Contrato do Edital, assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Observar para que os itens cedidos de forma provisória, na forma deste subitem, sejam utilizados e restituídos ao Município de Toledo na conclusão ou rescisão do Contrato, nas mesmas condições de operação em que foram formalmente recebidos.

A Comissão de Fiscalização fiscalizará a execução do Contrato, registrando todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório, enviado à Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento e à entidade para imediata correção ou reparo das falhas ou imperfeições apontadas.

Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na realização do serviço, para que seja reparado ou corrigido.

A existência ou atuação da fiscalização não restringe ou reduz a responsabilidade única e exclusiva da entidade, relativamente à adequada execução do objeto ajustado.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

É de responsabilidade da CONTRATADA apenas as despesas de energia elétrica e água, devido ao sistema de abastecimento estar interligado a infraestrutura já existente do Aterro Sanitário.

Constituem obrigações da CONTRATADA:

Caberá à CONTRATADA manter os equipamentos e as condições necessárias à operacionalização das Unidades de Valorização de Recicláveis – URVs e disponibilizar meios que atendam as normatizações estabelecidas pelo Poder Público, inclusive quanto à limpeza e organização dos locais.

A CONTRATADA deverá executar as atividades previstas neste Contrato, com rigorosa observância às condições e objetivos pactuados, visando à promoção do desenvolvimento econômico-social dos catadores de materiais recicláveis associados/cooperados;

Caberá à CONTRATADA o acondicionamento da carga com a triagem e segregação dos resíduos recicláveis e reutilizáveis em local determinado pelo Município.

Caberá à CONTRATADA manter a área interna e externa limpa e desobstruída. É vedada a utilização da área de passeio para qualquer etapa do processo de manuseio do material reciclável.

Caberá à CONTRATADA comunicar e justificar com mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao Contratante, quando houver impedimento em receber os resíduos.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

067

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

Caberá à CONTRATADA informar quando houver resíduos perigosos – Classe I, com as quantidades e origens, compreendendo que é responsabilidade do gerador arcar com os custos de destinação destes materiais sendo de responsabilidade do Poder Público providenciar para que o gerador cumpra sua obrigação de dar destinação final correta de tais materiais.

A CONTRATADA deverá assegurar aos associados/cooperados os meios necessários para a triagem, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos, bem como sua posterior comercialização.

A CONTRATADA deverá garantir a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários pelos associados/cooperados, bem como, atender a Legislação Trabalhista.

A CONTRATADA estará proibida de utilizar animais em qualquer etapa da gestão dos resíduos recicláveis.

Cabe a CONTRATADA promover capacitações aos associados/cooperados quanto às normas ambientais e de saúde humana, inclusive utilizando oportunidades quando oferecidas pelo Poder Público.

A CONTRATADA poderá buscar, com o auxílio da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento, a celebração de parceria com entidades/fundações públicas e/ou privadas, para realizar capacitações de associados e cooperados com intuito de aprender novas técnicas e/ou aprimorar as já utilizadas;

A CONTRATADA deverá demonstrar e comprovar ao Município a aplicação e os resultados dos recursos financeiros envolvidos, sempre que solicitado.

A CONTRATADA deverá orientar os associados/cooperados quanto à triagem, acondicionamento, processamento, beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos, bem como sua posterior comercialização.

A CONTRATADA poderá propiciar cursos de capacitação aos associados/cooperados quanto ao empreendedorismo, associativismo, informática, segurança do trabalho e operacionalização dos equipamentos.

A CONTRATADA poderá buscar a inserção de novos associados/cooperados ao Programa, constantemente.

A CONTRATADA deverá fiscalizar o uso dos EPIs pelos associados/cooperados.

A CONTRATADA deverá buscar aumento da renda aos associados/cooperados.

A CONTRATADA deverá fazer todas as manutenções necessárias dos equipamentos cedidos pelo Município.

A CONTRATADA deverá fazer todas as manutenções prediais necessárias do imóvel cedido pelo Município.

A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por manter e conservar em boas condições espaços, máquinas, equipamentos e mobiliário que lhes forem disponibilizados para o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato, mantendo-os em perfeitas condições de uso e operação ao final de cada jornada de trabalho.

A CONTRATADA deverá fornecer no ato da assinatura do Contrato e, sempre que solicitado pela Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e de Saneamento, a relação de todos os associados/cooperados.

A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados às instalações e/ou bens do Município, em especial dos que lhe tenham sido cedidos para a consecução do objeto pactuado.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

061

A CONTRATADA deverá destinar as receitas provenientes da comercialização de resíduos recicláveis e reutilizáveis, conforme os termos da declaração de rateio apresentada à Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e de Saneamento, bem como comprovar, mensalmente, por meio de relatório de rateio dos associados/cooperados contendo memorial de cálculo com a discriminação dos ganhos de todos os associados/cooperados e valor destinado a fundo de reserva.

O credenciamento para Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais, implicará na responsabilização legal da entidade e a presunção de veracidade dos documentos encaminhados pela mesma.

A CONTRATADA deverá conduzir e executar os serviços, utilizando-se todos os critérios técnicos e recursos necessários para o alcance dos resultados e de acordo e em conformidade com as ações descritas neste documento;

A CONTRATADA não poderá ceder o contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, bem como não será admitida a subcontratação total dos serviços objeto do contrato, exceto quando houver autorização expressa pelo Município a partir das justificativas apresentadas;

A CONTRATADA deverá responder e arcar com o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e fiscais, inclusive o pagamento, na época devida, de eventuais tributos incidentes sobre o presente instrumento.

A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pelo cumprimento de todas as obrigações fiscais, bem como outras previstas em legislação específica, reconhecendo que o descumprimento e inadimplência não transfere responsabilidade à Administração Pública Municipal.

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município de Toledo ou a terceiros por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços do objeto deste documento, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

A CONTRATADA deverá dar amplo acesso aos servidores designados pelo Município de Toledo aos documentos, contabilidade, barracões e demais ambientes, colaborando com a melhoria contínua dos serviços prestados.

Os direitos dos associados/cooperados, são os resultados da Associação e/ou Cooperativa. A forma como esse direito é regulamentado é definida no estatuto social, assim como os benefícios eximindo a CONTRATANTE de qualquer encargo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES DOS PRODUTOS E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Pelos serviços ora ajustados, a CONTRATADA será remunerada conforme especificações e quantidade dos produtos objeto do contrato, sendo que cada parcela será variável de acordo com a produtividade da entidade, conforme segue:

Item	Unidade	Qtde	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
1	Tonelada	1.380	Valor por Produtividade (VP) equivalente a R\$ 160,00/tonelada de resíduos recicláveis e reutilizáveis comercializados, contendo o peso e o valor recebido,	R\$ 160,00	R\$ 220.800,00



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

062

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

Item	Unidade	Qtde	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
			comprovado por notas fiscais e/ou certificados de destinação.		

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados, conforme Relatório de resíduos recicláveis e reutilizáveis comercializados, contendo informação do peso e valor recebido, bem como comprovado por notas fiscais e/ou certificados de destinação referente ao mês anterior. O pagamento será feito mensalmente, sendo que cada parcela será variável de acordo com a produtividade da entidade no mês correspondente.

O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária de titularidade da Contratada, sendo vedada à emissão de títulos ou boletos pela mesma.

A Contratada deverá apresentar mensalmente até o dia 05 (cinco) de cada mês as notas fiscais e os certificados de destinação referentes a comercialização dos resíduos recicláveis e reutilizáveis e até a mesma data a contratante deverá fornecer relatório de entrega dos mesmos para subsidiar os pagamentos com a comprovação da execução dos serviços do mês. As notas e os relatórios deverão ser protocolados para análise junto ao Departamento Administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento. Os pagamentos somente serão realizados após a análise e aprovação dos relatórios, sendo obrigação do poder público viabilizá-lo em tempo acordado.

Os relatórios deverão ser elaborados e apresentados junto ao Departamento Administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento, de forma precisa, completa, limpa e clara e deverão conter todos os elementos necessários para a perfeita compreensão e entendimento dos dados apurados, tais como:

I – Relatório de resíduos recicláveis e reutilizáveis recebidos na Unidade;

II – Relatório de resíduos recicláveis e reutilizáveis comercializados, contendo informação do peso e valor recebido, bem como comprovado por notas fiscais e/ou certificados de destinação;

III – Relatório de destinação de rejeitos, emitido pela empresa responsável pela operação do aterro sanitário;

IV – Relatório de ações de educação ambiental, comprovado por fotos, releases de notícias e/ou lista de presença;

V – Relatório de despesas, comprovado por cópias de notas fiscais e recibos de pagamento;

VI – Relatório de rateio dos associados/cooperados contendo memorial de cálculo com a discriminação dos ganhos de todos os associados/cooperados e valor destinado a fundo de reserva;

VII – Relatório de frequência dos associados/cooperados.

Os pagamentos somente serão realizados após a aprovação dos relatórios apresentados.

A fiscalização do contrato será feita pela Comissão de Fiscalização, a qual terá até 5 (cinco) dias após a entrega de cada relatório mensal para análise dos dados fornecidos.

Os valores a serem repassados por meio deste edital serão atendidas pela dotação orçamentária da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento, sendo o total de R\$ 220.800,00 (duzentos e vinte mil, oitocentos reais) por ano.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

063

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços correrão por conta dos recursos do orçamento previsto na Dotação Orçamentária: 9800 (000) e 9810 (511).

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir de sua celebração.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que:

Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pelo descumprimento das normas e legislações pertinentes à execução do Contrato, o município de Toledo, poderá, ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho ou contrato, no caso de inexecução total do objeto;

Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

Impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada resarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a reincidência de transgressões por parte da Contratada, levando em consideração todos os atos Celebrados com a Contratante, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

A aplicação das sanções administrativas não exclui a responsabilização do licitante por eventuais perdas ou danos causados ao Município de Toledo.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

064

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

O licitante/contratante deve observar e o contratado deve observar e fazer observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:

- a) prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) prática fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) prática colusiva: esquematizar ou estabelecer acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitante, visando a estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) prática obstrutiva: “destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de qualquer das práticas acima; e praticar atos com a intenção de impedir materialmente o exercício do direito de inspeção para apuração de qualquer das práticas acima”.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Nos termos da Lei Municipal nº. 2.119 de 18 de janeiro de 2013 e demais legislações pertinentes à corresponsabilidade dos agentes públicos envolvidos, firma o presente contrato, juntamente com o Senhor Prefeito Municipal, a **Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento**, obrigando-se ao cumprimento do contido no art. 3º e incisos da referida Lei Municipal relativo ao objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

Constituem motivo para rescisão do presente contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades nele previstas e na Lei Federal Nº 8.666/93, o descumprimento de qualquer de seus termos, cláusulas ou condições, a cessação de sua necessidade ou a ocorrência de qualquer situação prevista no artigo 78 do Estatuto das Licitações Públicas.

Quando a rescisão ocorrer por iniciativa da CONTRATADA, fica a mesma obrigada a comunicar sua pretensão ao Município com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE quanto à rescisão do presente instrumento prevista no artigo 77 e seguintes da Lei Federal Nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO

Fica vedada a cessão total ou parcial do presente contrato, sem prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

O presente contrato não implica vínculo empregatício.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

065

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA deverá manter completo sigilo com relação às informações cadastrais, utilizando-as exclusivamente para os objetivos previstos no contrato, não divulgando, reproduzindo, comercializando ou cedendo a terceiros, os conhecimentos técnicos específicos adquiridos ou outros dados de particulares (contribuintes), sem autorização expressa do CONTRATANTE.

O Município de Toledo reserva-se o direito de a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução dos serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo dos serviços já executados.

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, pessoa física ou jurídica, durante a execução dos serviços, inclusive, quanto a acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, indenizações, etc., isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possam surgir em decorrência.

A CONTRATADA deverá ser responsável pela observância da conservação ambiental nas áreas de trabalho, mitigando todos e quaisquer efeitos adversos que por ventura ocorram. Toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA deve ser formalizada por escrito.

Quando se tratar de “notificação”, a mesma somente tornar-se-á efetiva após o recebimento da mesma por parte da CONTRATADA.

A ação ou omissão da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, responsabilizando-se a CONTRATADA, inclusive, perante terceiros, por qualquer irregularidade, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer corresponsabilidade.

Demais detalhes não previstos neste Edital, referente aos descritivos dos serviços a serem realizados, mas que a boa técnica leve a presumir sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitos justificativas para a não apresentação dos mesmos.

No ato da assinatura do contrato será informado quais os equipamentos a serem cedidos pelo Município à Associação e/ou Cooperativa. Destarte que, devido ao município ainda estar adquirido vários equipamentos, sendo assim, será entregue no momento da assinatura do contrato a lista atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

O foro para dirimir qualquer dúvida resultante do presente contrato é o da Comarca de Toledo. E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Toledo – PR, ____ de _____ de 2020.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

066

NEUDI MOSCONI

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO

PRESIDENTE DA ENTIDADE
ASSOCIAÇÃO E/OU COOPERATIVA

TESTEMUNHA 1

NOME:

CPF:

TESTEMUNHA 2

NOME:

CPF:



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Ambiental e Saneamento

067

ANEXO 09

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO EXIGIDO PELO ARTIGO 130, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO.

Declaramos para os devidos fins de direito que não possuímos pessoas em nosso quadro societário (contrato social, estatuto social), impedidas de contratar com o Município de Toledo/PR nos termos do artigo 130 da Lei Orgânica c/c com o artigo 9º, § 3º da Lei Nº 8.666/93 e PREJULGADO Nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Toledo/PR, ____ de _____ de 2020.

Assinatura e Identificação do
Responsável Legal e da Empresa



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

063

PARECER JURÍDICO

CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2020

Trata-se de Processo de Chamamento Público preparado pelo Depto. de Compras, Licitações e Contratos, devidamente protocolado, numerado e autuado sob nº 001/2020, cujo objeto é a *seleção pública de propostas apresentadas por Associações e/ou Cooperativas de catadores de materiais recicláveis, sem fins lucrativos, constituídas no Município de Toledo, formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, para execução de serviços de triagem dos materiais reutilizáveis e/ou recicláveis secos, de características domiciliares, devidamente separados, acondicionados e dispostos nas vias públicas e/ou nos pontos de entrega voluntária pelos municípios, encaminhados às Unidades de Valorização de Recicláveis – UVRs, em atendimento ao Programa TOORECICLANDO, implementado no Município de Toledo conforme condições e critérios estabelecidos neste Edital, para posterior formalização de Dispensa de Licitação com amparo legal no art. 24, XXVII da Lei nº 8.666/93.*

Instruem o processo: Minuta de Edital de Chamamento Publico (fls. 001/025); Edital de Chamamento Público nº 001/2020 assinado pelo Prefeito e Secretário Municipal de Desenvolvimento Ambiental e Saneamento (fls. 026/067).

Da análise jurídica do edital e minuta contratual, verifica-se que as autoridades estão agindo conforme as diretrizes dos artigos 7º, XII e 8º, III e IV da Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e também aos artigos 11 e 44, I, II e III do Decreto nº 7.404/2010, priorizando a contratação destas entidades mediante dispensa de licitação a ser formalizada em momento posterior.

Por sua vez, a Lei Municipal nº 2.227/2016 aprova o Plano de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos do Município de Toledo - PMCS pré requisito para dispensa de licitação em favor de associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

A Lei Mun. “R” nº 88/2010, alterada pela Lei Mun. “R” nº 52/2017 autoriza a doação de resíduos recicláveis coletados ou recebidos pelo Município e a outorga de permissão de uso de bens integrantes do patrimônio público às associações e/ou cooperativas de catadores. No art. 2º, III da mencionada lei informa que o Município fica autorizado a emitir um Decreto regulamentando o credenciamento das referidas entidades e o Art. 4º dispõe que esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de sessenta dias contados da sua publicação.

Todavia, mencionado Decreto e regulamentação não foram efetivados pelo Poder Executivo, de modo que este parecer não tem o condão de suprir referidas normativas.



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

669

Assim, esta Assessoria Jurídica analisou referido procedimento conforme os preceitos legais do Decreto nº 985/2016 que regulamenta as parcerias entre o Município de Toledo e as organizações da Sociedade Civil bem como as normas da Lei nº 8.666/93 aplicáveis aos contratos e art. 37 *caput* da Constituição Federal de 1988, notadamente quanto aos princípios da impessoalidade e publicidade, considerando que este procedimento não é imprescindível para contratação deste objeto, dada possibilidade de dispensa de licitação.

Deste modo, entendemos que o procedimento encontra-se por analogia conforme os ditames legais, obrigando-se ainda a publicidade obrigatória nos termos do art. 11 e 16 do Dec. Mun. nº 985/2016. Encaminhe-se ao Controle Interno para análise e parecer.

Toledo, 13 de março de 2020.


ASSESSORIA JURÍDICA
Érico José Lazzarini OAB/PR nº 39.987

instituído no art. 2º da Lei Municipal nº 2013/2018, e autorizada pela Lei Municipal nº 2111/2020 de 21 de fevereiro de 2020, a beneficiária vencedora da melhor proposta por licitação na modalidade da concorrência do imóvel constituído pelo LOTE DE TERRA nº 08, da Quadra nº 331 do Loteamento da Cidade de Tapejara, com a área de 276,35 m², dentro do perímetro urbano da cidade de Tapejara, comarca de Cruzeiro do Oeste – Estado do Paraná, com limites e confrontações especificados na matrícula nº 19.548, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício, bem como, imóvel que integra o patrimônio disponível do município de Tapejara-PR, mediante cumprimento das exigências legais e editorialísticas. Outrossim, comunica que as empresas, que manifestarem interesse, até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário estabelecido para apresentação das propostas, poderão participar da presente licitação. Comunica ainda, que o Edital completo está disposto dos interessados, na Prefeitura Municipal de Tapejara, à Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, 442, no horário normal de expediente (8:00 as 11:30 e 13:30 as 17:00 hr). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (044) 3677.1222. Tapejara-PR. Em 16 de março de 2020. Presidente da Comissão de Licitação

22788/2020

Telêmaco Borba

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020-SME

CREDENCIAIMENTO DE AGRICULTORES FAMILIARES E/OU DE EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS

O Município de TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, torna público aos interessados, a CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU DE EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, em Cumprimento à Lei Federal nº 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e Resolução CD/FNDE nº 4/2015. DATA PARA RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DO PROJETO DE VENDA: 07 de abril de 2020 até as 8h50min na Secretaria Municipal de Educação, localizada à Al. Washington Luiz, 50 – Centro na cidade de Telêmaco Borba, PR. Maiores informações pelos telefones (42) 3904-1523, 3904-1481 e 3904-1655. Cópia completa do edital poderá ser obtida pelo site <http://www.pmtb.pr.gov.br/compraspublicas/index.php> e na sede da Secretaria Municipal de Educação, de segunda à sexta-feira das 8h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Telêmaco Borba, 16 de março de 2020.

Claudicéia Rosa Niecola

Presidente da Comissão Especial para Chamada Pública, Portaria nº 4355 de 09/03/2020.

22535/2020

Toledo

MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 034/2020

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Licença de Uso de Sistema de Ouvidoria Digital, serviços de instalação e manutenção do sistema, implantação, customização, testes, suporte técnico, treinamento, atualizações de versão que garantam as alterações corretivas, evolutivas e as que vierem a ser exigidas pela legislação, para utilização da Prefeitura do Município de Toledo-PR, e ainda, acolher todas as especificações mínimas detalhadas no Termo de Referência, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses. **DATA DE ABERTURA:** 01 de abril de 2020, às 08h30min. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 31.999,92 (trinta e um mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos) para o período de 24 meses.

PREGÃO PRESENCIAL N° 035/2020

OBJETO: Contratação de empresa para locação e instalação de equipamentos de alarmes, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de forma ininterrupta, compreendendo assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva para central de monitoramento, pelo período de 24 meses, para as instalações do Centro Integrado de Políticas Educacionais - CIPE, localizado na Rua do Cedro, nº 873, Vila Operária e para o CMEI Jardim Concórdia, localizado na rua Marino Comarella s/n, Jardim Concórdia. **DATA DE ABERTURA:** 01 de abril de 2020, às 14h00min. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 30.570,72 (trinta mil, quinhentos e setenta reais e setenta e dois centavos).

CHAMADA PÚBLICA N° 001/2020

OBJETO: Seleção de propostas apresentadas por Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, sem fins lucrativos, constituídas no Município de Toledo, formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, para a execução de serviços triagem dos materiais

reutilizáveis e/ou recicláveis secos, de características domiciliares; devidamente separados, acondicionados e dispostos nas vias públicas e/ou nos pontos de entrega voluntária pelos municípios, encaminhados às Unidades de Valorização de Recicláveis – UVRS, em atendimento ao Programa TOORECICLANDO, implementado no Município de Toledo, mediante assinatura de contrato, conforme estabelecido neste edital. **DATA DE ABERTURA:** 17 de ABRIL de 2020 às 14h00min. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 220.800,00 (duzentos e vinte mil, oitocentos reais) por ano.

- O(s) edital(is) encontra(m)-se à disposição para aquisição no site: www.toledo.pr.gov.br - link Licitações. Demais informações: Depto. Licitações e Contratos do Município de Toledo, Rua Raimundo Leonardi, 1586, Centro, Toledo/Pr, de segunda a sexta-feira, Fone: (45) 3055-8819 Fax: 3378-1704, e-mail: compras.documentacao@toledo.pr.gov.br

22737/2020

MUNICÍPIO DE TOLEDO

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

REF: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 003/2020 –

MUNICÍPIO DE TOLEDO

A Comissão Permanente de Licitações constituída por: André Dalla Vecchia e membros Luis Carlos Fabris e Anderson Soares Magro, comunica aos proponentes interessados que, após análise e verificação das propostas apresentadas na licitação mencionada, cujo objeto é: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE/MEC, através processo de Chamamento Público, para atender Escolas e Cmeis da Rede Municipal de Ensino e entidades filantrópicas atendidas com alimentação escolar, de forma direta ou pela Cozinha Social, durante o ano de 2020, a classificação ficou a seguir:

- A empresa COFATOL – COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE TOLEDO foi declarada vencedora para os itens com uma proposta no valor total de R\$ 2.432.987,90 (dois milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, novecentos e oitenta e sete reais e noventa centavos), para os itens abaixo relacionados:

Seq	Cód.	Produto	Unid.	Qtd	Vlr unit.	Valor Total
1	49213	Abóbora Cabotiá - padrão Ceasa	Kg	500	R\$ 2,50	R\$ 1.250,00
2	411	Abobrinha verde - Padrão CEASA	Kg	1070	R\$ 2,80	R\$ 2.996,00
3	45165	Acelga padrão ceasa	Kg	1750	R\$ 3,60	R\$ 6.300,00
4	52287	Achocolatado natural, em pacotes de até 1 kg, ingredientes: açúcar mascavo e cacau. Não deve conter conservantes ou outros ingredientes.	Kg	2100	R\$ 15,90	R\$ 33.390,00
5	49173	Agnoline de carne bovina	Kg	1361	R\$ 21,00	R\$ 28.581,00
6	45167	Alface americana, padrão CEASA	Kg	2050	R\$ 5,50	R\$ 11.275,00
7	49174	Alface americana, padrão CEASA, orgânica	Kg	80	R\$ 7,15	R\$ 572,00
8	45168	Alface crespa, padrão CEASA	Kg	2800	R\$ 5,50	R\$ 15.400,00
9	51950	Alface crespa, padrão CEASA orgânico	Kg	400	R\$ 7,15	R\$ 2.860,00
10	42570	Almeirão, padrão CEASA	Kg	400	R\$ 5,50	R\$ 2.200,00
11	45228	Almeirão, padrão CEASA orgânico	Kg	80	R\$ 7,15	R\$ 572,00
12	45170	Banana nanica / caturra - padrão Ceasa	Kg	22800	R\$ 2,70	R\$ 61.560,00
13	422	Batata doce, padrão CEASA	Kg	1020	R\$ 2,50	R\$ 2.550,00
14	426	Beterraba, padrão CEASA	Kg	2700	R\$ 2,60	R\$ 7.020,00
15	42869	Beterraba, padrão CEASA, orgânica	Kg	400	R\$ 3,90	R\$ 1.560,00
16	35593	Bolacha caseira de fubá	Kg	1450	R\$ 15,50	R\$ 22.475,00
17	47425	Bolacha caseira doce, pintada (cobertura de gláce e confeito colorido)	Kg	1920	R\$ 17,50	R\$ 33.600,00
18	44934	Brócolis, padrão CEASA	Kg	1780	R\$ 6,00	R\$ 10.680,00
19	51951	Carne bovina, meia carcaça	Kg	53000	R\$ 13,90	R\$ 736.700,00
20	4054	Carne suína, com osso	Kg	5000	R\$ 8,90	R\$ 44.500,00
21	40993	Cenoura orgânica, padrão CEASA	Kg	1000	R\$ 3,50	R\$ 3.500,00
22	474	Cenoura, padrão CEASA	Kg	11000	R\$ 2,80	R\$ 30.800,00
23	484	Chuchu, padrão CEASA	Kg	3400	R\$ 2,80	R\$ 9.520,00
24	45173	Couve-flor, padrão CEASA	Kg	1680	R\$ 6,80	R\$ 11.424,00
25	45174	Couve-manteiga, padrão CEASA	Kg	1650	R\$ 5,50	R\$ 9.075,00
26	38615	Couve-manteiga, padrão CEASA - orgânico	Kg	400	R\$ 6,50	R\$ 2.600,00
27	45175	Cuca com recheio de doce de leite	Kg	1300	R\$ 13,00	R\$ 16.900,00
28	24027	Cuca simples, caseira, fatiada, unidade de aprox 700g	Kg	2880	R\$ 12,00	R\$ 34.560,00
29	49175	Cuca simples, de mandioca, caseira, fatiada, unidade de aprox 700g	Kg	600	R\$ 12,00	R\$ 7.200,00
30	24031	Doce de frutas, pastoso/geléia, em pote	Kg	600	R\$ 14,50	R\$ 8.700,00
31	2100	Doce de leite, em pasta, pote de 1kg	Kg	400	R\$ 12,00	R\$ 4.800,00
32	49176	Empadinha de Frango (unidade com 60g)	Kg	800	R\$ 23,40	R\$ 18.720,00
33	4150	Esfirra de carne Frango (unidade com 60g)	Kg	800	R\$ 23,00	R\$ 18.400,00



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site
www.toledo.pr.gov.br

Ano X

Toledo, 17 de Março de 2020

Edição nº 2.550

Página 6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2020

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Licença de Uso de Sistema de Ouvidoria Digital, serviços de instalação e manutenção do sistema, implantação, customização, testes, suporte técnico, treinamento, atualizações de versão que garantam as alterações corretivas, evolutivas e as que vierem a ser exigidas pela legislação, para utilização da Prefeitura do Município de Toledo-PR, e ainda, acolher todas as especificações mínimas detalhadas no Termo de Referência, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses. **DATA DE ABERTURA:** 01 de abril de 2020, às 08h30min. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 31.999,92 (trinta e um mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos) para o período de 24 meses.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2020

OBJETO: Contratação de empresa para locação e instalação de equipamentos de alarmes, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de forma ininterrupta, compreendendo assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva para central de monitoramento, pelo período de 24 meses, para as instalações do Centro Integrado de Políticas Educacionais - CIPE, localizado na Rua do Cedro, nº 873, Vila Operária e para o CMEI Jardim Concórdia, localizado na rua Marino Comarella s/n, Jardim Concórdia. **DATA DE**

ABERTURA: 01 de abril de 2020, às 14h00min. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 30.570,72 (trinta mil, quinhentos e setenta reais e setenta e dois centavos).

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

OBJETO: Seleção de propostas apresentadas por Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, sem fins lucrativos, constituídas no Município de Toledo, formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, para a execução de serviços triagem dos materiais reutilizáveis e/ou recicláveis secos, de características domiciliares; devidamente separados, acondicionados e dispostos nas vias públicas e/ou nos pontos de entrega voluntária pelos municípios, encaminhados às Unidades de Valorização de Recicláveis – UVRs, em atendimento ao Programa TOORECICLANDO, implementado no Município de Toledo, mediante assinatura de contrato, conforme estabelecido neste edital. **DATA DE ABERTURA:** 17 de ABRIL de 2020 às 14h00min. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 220.800,00 (duzentos e vinte mil, oitocentos reais) por ano.

- O(s) edital(is) encontra(m)-se à disposição para aquisição no site: www.toledo.pr.gov.br - link Licitações. Demais informações: Depto. Licitações e Contratos do Município de Toledo, Rua Raimundo Leonardi, 1586, Centro, Toledo/Pr, de segunda a sexta-feira, Fone: (45) 3055-8819 Fax: 3378-1704, e-mail: compras.documentacao@toledo.pr.gov.br

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATO N° 5, de 6 de março de 2020

Fixa cotas não-remuneradas pela utilização de materiais de expediente, consumo e telefonia nas atividades da Câmara Municipal.

A Mesa da Câmara Municipal de Toledo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XIV do artigo 44 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar cotas isentas de remuneração por gabinete parlamentar de despesas decorrentes de consumo de materiais de uso contínuo e de ligações telefônicas e via fax.

Art. 2º - Estabelecer os seguintes limites máximos, isentos do pagamento pelo titular de gabinete parlamentar, de consumo regular de materiais de expediente e de serviços auxiliares às atividades legislativas:

I - material de expediente:

- a) 4.000 (quatro mil) folhas de papel sulfite A4 por ano;
- b) 10 (dez) fotocópias coloridas por mês;

II - despesas com telefone, R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, independentemente do valor da assinatura mensal da linha instalada no gabinete parlamentar, observando-se, ainda:

- a) o desconto do valor que extrapolar os limites fixados,

será efetuado no mês subsequente;

III - consumo mensal de:

- a) 24 (vinte e quatro) garrafas de 500 ml de água mineral sem gás;
- b) 12 (doze) garrafas de 500 ml de água mineral com gás.

Art. 3º - Fica revogado o Ato nº 27, de 19 de outubro de 2018.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício Vereador Guerino Antônio Viccari, 6 de março de 2020.

ANTONIO ZÓIO
Presidente da Câmara Municipal

GABRIEL BAIERLE
Primeiro-Vice-Presidente

GENIVALDO PAES
Segundo-Vice-Presidente

LEOCLIDES BISOGNIN
Primeiro-Secretário

VALTENCIR CARECA
Segundo-Secretário

**TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA N°
001/2020**

O Secretário Designado da Administração do Município de Toledo, Jozimar Polasso, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu tornar sem efeito a Publicação do **AVISO DE LICITAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA N° 001/2020**.

Motivo: Erro de Publicação.

Data da Circulação: Diário Oficial do Estado do Paraná (DIOE), dia 17 de Março de 2020; Folha de Londrina, dia 17 de Março de 2020; Jornal do Oeste, dia 17 de Março de 2020; e Órgão Oficial Eletrônico do Município de Toledo, dia 17 de Março de 2020.

Data: 17 de Março de 2020.

JOZIMAR POLASSO
SECRETÁRIO DESIGNADO DA ADMINISTRAÇÃO

São Pedro do Ivaí

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ SEDU/PARANACIDADE - PAM EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2020.

O MUNICÍPIO de São Pedro do Ivaí, torna público que às 14:00 horas do dia 01 de Abril de 2020, na sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as fases, sendo conduzido pela Pregoeira designada pelo Prefeito Municipal de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná e responsável pelo processamento e julgamento da licitação, por intermédio do Sistema de Pregão Eletrônico do Banco do Brasil, disponibilizado no site www.licitacoes-e.com.br, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL R\$	PRAZO (DIAS)
Retroescavadeira 4X4	01	230.000,00	120

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Maria Lucia Alves Teté, Paraná, Brasil - Telefone: (043) 3451-1399 - E-mail licitacao@saopedrodoivaipr.gov.br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço Praça Padre José Rossi, nº. 354, Centro, das 08:00 às 17:00 horas.

São Pedro do Ivaí/Pr., 16 de Março de 2020.

Maria Lúcia Alves Teté Pregoeira

22896/2020

Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº. 016/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 021/2020 – P E Nº. 010/2020. CONTRATANTE MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ, CNPJ/MF nº. 75.771.31/0001-53, Prefeito Municipal, José Donizete Isalberti. CONTRATADA SARANDI TRATORES LTDA., CNPJ/MF nº. 77.266.575/0001-85, Sócio Administrador, Sr. Odair Vitoriano. OBJETO aquisição de uma escavadeira hidráulica nova, zero hora, MARCA LIUGONG, MODELO 915E, MOTOR DIESEL MARCA CUMMINS, MODELO QSF 3.8 de (quatro) cilindros com potência líquida de 109 HP (80,2 kw), peso operacional de 13.800 kg, cabine fechada com Ar condicionado, Frete CIF, para a divisão de Agricultura do Município, com Recurso oriundo do Convênio 886002/2019 - Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento/MAPA e contrapartida. PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, após formalização e assinaturas de contrato, entregue na Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA 12 (doze) meses, contados do Termo de Recebimento Definitivo emitido pelo fiscal do Contrato, sem limite de horas trabalhadas, para defeitos de fabricação, e de acordo com os termos do Certificado de Garantia entregue junto com o equipamento. GESTOR CONTRATUAL Secretário de Compras de São Pedro do Ivaí / Eder Dolci Isalberti, Portaria nº. 090/2019. FISCAL DO CONTRATO Secretário Municipal de Agricultura / Luiz Carlos Eleodoro dos Santos, Portaria nº. 049/2019. DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS 11.11.01 20.605.0111.1.025000 4.4.90.52.00.00.00. VALORES R\$ 306.600,00. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO O pagamento será efetuado somente após a liberação do recurso pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/ MAPA, e em até 30 dias após a entrega e aceitação do equipamento solicitado pelo Setor de Compras e após a vistoria do MAPA, mediante apresentação de nota fiscal. VIGÊNCIA do CONTRATO dar-se-á a partir da data de sua assinatura até a entrega/recebimento e o pagamento. FORO Comarca de Jandaia do Sul/PR. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO 13 de Março de 2020.

23129/2020

Sarandi

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 02/2020- PMS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO CIVIL, POR EMPREITADA GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE DRENAGEM URBANA NA RUA 31 DO PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR E JARDIM OURO VERDE, INCLUINDO A MÃO DE OBRA E MATERIAIS, CONFORME MEMORIAL DESCrittivo, PLANILHA DE SERVIÇOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PROJETOS E DEMAIS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Abertura: 03/04/2020 às 14:00 hs. Informações e edital: Departamento de Licitação, Compras e Patrimônio – Paço Municipal, sito à Rua José Emílio de Gusmão, 565. Fone 44-3264-8623 email: licitacaopms@hotmail.com. Site:www.sarandi.pr.gov.br.

Sarandi, 16 de março de 2020.
 Rossana Amélia Martins, Presidente da Comissão de Licitação

22961/2020

Telêmaco Borba

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA – PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2020

Objeto: Aquisição de piso modular instalado para uso externo, do tipo menor preço por Item, através do sistema de registro de preços.

Data: 31 de março de 2020 / **Horário:** 08h30min.

Plataforma ComprasNet <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>

O edital poderá ser obtido na Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitações ou através do endereço eletrônico: <https://telemacoborba.atende.net/#/tipo/servico/valor/8/padrao/1/load/1>

Telêmaco Borba, 17 de março de 2020.

Danielle Vieira Kuna
Pregoeira

22960/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA – PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2020

Objeto: Aquisição de mini pão de hambúrguer, do tipo menor preço por Item, através do sistema de registro de preços.

Data: 31 de março de 2020 / **Horário:** 08h30min.

Plataforma ComprasNet <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>

O edital poderá ser obtido na Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitações ou através do endereço eletrônico: <https://telemacoborba.atende.net/#/tipo/servico/valor/8/padrao/1/load/1>

Telêmaco Borba, 17 de março de 2020.
 Gleise Cristiane Kwas Lucio
Pregoeira

22980/2020

Toledo

MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos que compõem a frota do Fundo Municipal de Trânsito e da Secretaria de Segurança e Trânsito, do Município de Toledo pelo período de 12 (doze) meses. **DATA DE ABERTURA:** 02 de ABRIL de 2020, às 14h00min. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 281.800,00 (duzentos e oitenta e um mil e oitocentos reais).

AVISO DE ALTERAÇÃO REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, cujo objeto é: contratação de empresa especializada na prestação de serviços para fornecimento de refeições, com bebidas e estrutura inclusa, sendo: **LOTE 01** – jantar tipo buffet, para a posse dos novos Conselheiros Municipais de Saúde gestão 2020/2024 e despedida dos Conselheiros Municipais de Saúde gestão 2017/2019, que será realizado no dia 30 de abril de 2020; **LOTE 02** – almoço tipo buffet, com decoração inclusa, para o 33º Encontro de Pioneiros, que será realizado no dia 27 de março de 2020, pela Secretaria da Cultura, SOFREU ALTERAÇÕES NAS DATAS DOS EVENTOS. Considerando o estado de alerta e determinação de órgão competente suspendendo os eventos com aglomeração de pessoas no município, em especial o público da terceira idade ou pessoas com doenças crônicas, ficam alteradas as datas dos eventos: Lote: 01 (Jantar para Conselheiros Municipais de Saúde gestão 2020/2024) - fica a data alterada para o dia 17 de setembro de 2020, Lote 02: (33º Encontro de Pioneiros) - fica a data alterada para o dia 03 de setembro de 2020. As alterações estão disponíveis no site: www.toledo.pr.gov.br. Assim, por consequência, os envelopes que deveriam ser protocolizados até o dia 19 DE MARÇO DE 2020, às 08h30min, poderão ser protocolizados até às 08h30min do dia 02 DE ABRIL DE 2020, no setor de protocolo da Prefeitura do Município de Toledo, conforme prevê o edital. Da mesma forma, a abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, a ser realizada às 08h30min do dia 02 DE ABRIL DE 2020, de acordo com a legislação vigente mencionada no preâmbulo deste Edital. Gabinete do Secretário da Administração do Município de Toledo-PR, em 17 de março de 2020.

- O(s) edital(is) encontra(m)-se à disposição para aquisição no site: www.toledo.pr.gov.br - link Licitações. Demais informações: Depto. Licitações e Contratos do Município de Toledo, Rua Raimundo Leonardi, 1586, Centro, Toledo/PR

23255/2020

MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

O Secretário Designado da Administração do Município de Toledo, Jozimar Polasso, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu tornar sem efeito a Publicação do AVISO DE LICITAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020.

MOTIVO: Erro de Publicação.

DATA DA CIRCULAÇÃO: Diário Oficial do Estado do Paraná (DIOE), dia 17 de Março de 2020; Folha de Londrina, dia 17 de Março de 2020; Jornal do Oeste, dia 17 de Março de 2020; e Órgão Oficial Eletrônico do Município de Toledo, dia 17 de Março de 2020.

DATA: 17 de Março de 2020.

23242/2020



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI N°. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade desse documento, desde que visualizado através do site
www.toledo.pr.gov.br

Ano X

Toledo, 18 de Março de 2020

Edição nº 2.552

Página 3

Toledo, no período de **18 a 24 de março de 2020**, para declarar se aceita a vaga ofertada, devendo, neste caso:

- I – apresentar os seguintes documentos:
 - a) Comprovante da escolaridade/habilitação exigida para o cargo;
 - b) Declaração de acúmulo de cargos ou empregos;
 - c) Declaração de recebimento ou não de benefício previdenciário;
 - d) Declaração de Bens ou fotocópia da Declaração de Renda apresentada à Receita Federal;
 - e) Documentos pessoais.
- II – realizar os exames médicos a serem solicitados.

CLAUDIA CARNEIRO DA SILVA PIACENTI
 SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR N° 817/2019

A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, **NOTIFICA ALIANÇA ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA** responsável pelo imóvel no qual foi realizada queimada de resíduos, localizado no terreno de cadastro **34319**, do setor 405, quadra 114, lote 370. Fica notificado acerca da proibição de realizar queima de qualquer tipo de material, em virtude de infração do artigo 9º, inciso III, do Código de Posturas, Lei nº 1.946/2006. Caso a infração ocorra novamente neste imóvel, serão impostas as penalidades cabíveis conforme a legislação pertinente.

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR N° 824/2019

A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, **NOTIFICA JOEDIR DIAS DO PRADO** responsável pelo imóvel no qual foi realizada queimada de resíduos, localizado no terreno de cadastro **3985** do setor 405, quadra 027. Fica notificado acerca da proibição de realizar queima de qualquer tipo de material, em virtude de infração do artigo 9º, inciso III, do Código de Posturas, Lei nº 1.946/2006. Caso a infração ocorra novamente neste imóvel, serão impostas as penalidades cabíveis conforme a legislação pertinente.

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR N° 827/2019

A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, **NOTIFICA DILAMAR CESAR MOUSQUER** responsável pelo imóvel no qual foi realizada queimada de resíduos, localizado no terreno de cadastro **43612** do setor 820, quadra 071. Fica notificado acerca da proibição de realizar queima de qualquer tipo de material, em virtude de infração do artigo 9º, inciso III, do Código de Posturas, Lei nº 1.946/2006. Caso a infração

ocorra novamente neste imóvel, serão impostas as penalidades cabíveis conforme a legislação pertinente.

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR N° 829/2019

A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, **NOTIFICA LOURENTINO BRASILIDIO DE OLIVEIRA** responsável pelo imóvel no qual foi realizada queimada de resíduos, localizado no terreno de cadastro **50672** do setor 810, quadra 102. Fica notificado acerca da proibição de realizar queima de qualquer tipo de material, em virtude de infração do artigo 9º, inciso III, do Código de Posturas, Lei nº 1.946/2006. Caso a infração ocorra novamente neste imóvel, serão impostas as penalidades cabíveis conforme a legislação pertinente.

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR N° 23/2020

A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, **NOTIFICA ELI ONDINA GALLE LIPKE** responsável pelo imóvel no qual foi realizada queimada de resíduos, localizado no terreno de cadastro **17733** do setor 715, quadra 043. Fica notificado acerca da proibição de realizar queima de qualquer tipo de material, em virtude de infração do artigo 9º, inciso III, do Código de Posturas, Lei nº 1.946/2006. Caso a infração ocorra novamente neste imóvel, serão impostas as penalidades cabíveis conforme a legislação pertinente.

Marta Cecato Armando
 Fiscal em Meio Ambiente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA N° 001/2020

O Secretário Designado da Administração do Município de Toledo, Jozimar Polasso, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu tornar sem efeito a Publicação do **AVISO DE LICITAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA N° 001/2020**.

MOTIVO: Erro de Publicação.

DATA DA CIRCULAÇÃO: Diário Oficial do Estado do Paraná (DIOE), dia 17 de Março de 2020; Folha de Londrina, dia 17 de Março de 2020; Jornal do Oeste, dia 17 de Março de 2020; e Órgão Oficial Eletrônico do Município de Toledo, dia 17 de Março de 2020.

DATA: 17 de Março de 2020.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 036/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos que compõem a frota do Fundo Municipal de Trânsito e da Secretaria de Segurança e



MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná
Controladoria de Controle Interno

079

Toledo-PR, 19 de março de 2020.

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Síntese: Trata-se de processo de Chamada Pública cujo objeto é a seleção de propostas por associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, sem fins lucrativos, constituída no município de Toledo,...) conforme condições e critérios estabelecidos no edital.

O processo está instruído pelas diretrizes da Lei Federal nº12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em âmbito Municipal temos a Lei nº 2.227/2016 que aprova a coleta seletiva de resíduos sólidos no município de Toledo em favor de associações e/ou cooperativas de catadores de material reciclável.

Enquanto que a lei “R” nº 88/2010 consolidada Autoriza a doação de resíduos recicláveis coletados ou recebidos pelo Município e a outorga da permissão de uso de bens integrantes do patrimônio público municipal às associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis constituídas no Município de Toledo.

Art. 2º – Fica o Executivo municipal autorizado a:

I - (...)

II – outorgar às entidades referidas no inciso anterior a permissão de uso, gratuita e por tempo indeterminado, de forma compartilhada e não exclusiva, dos seguintes bens e equipamentos integrantes do patrimônio público municipal: (redação dada pela Lei “R” nº 52, de 28 de junho de 2017)

III – emitir Decreto regulamentando o credenciamento das referidas entidades, bem como as demais normas para o exercício das



MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná
Controladoria de Controle Interno

080

atividades por elas desenvolvidas. (dispositivo acrescido pela Lei "R" nº 52, de 28 de junho de 2017)

§ 1º – A outorga da permissão de uso a que se refere o inciso II do caput deste artigo é efetuada mediante dispensa de licitação, para atender o disposto no inciso XXVII do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, com a redação dada pelo artigo 57 da Lei nº 11.445/2007. (redação dada pela Lei "R" nº 52, de 28 de junho de 2017).

Com base na Lei Municipal supracitada tem-se a ausência de Decreto Municipal que regulamente o credenciamento das entidades. Não podendo ser tomado como base legal o Decreto Municipal nº 985/2016, que regulamenta a Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações por não se enquadrar nos preceitos contemplados na referida Lei.

Diante do exposto, recomenda-se que seja emitido Decreto Municipal, atendendo o inciso III do Art.2º da Lei Municipal 88/2010, anexando-o ao processo, sendo condição obrigatória para dar prosseguimento a Chamada Pública. Como também após credenciamento e habilitação da entidade, seja atendido o disposto no § 1º, do inciso II do caput Art. 2º.



CLEUSA ELAINE SCHNEE ULLMANN
Controladora do Controle Interno
Portaria 405/2019



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

081

DECRETO N° 761, de 25 de março de 2020

Regulamenta dispositivo da Lei “R” nº 88/2010, referente ao credenciamento de entidades para a coleta e destinação de materiais recicláveis no Município de Toledo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõem a alínea “a” do inciso I do **caput** do artigo 61 da Lei Orgânica do Município e o inciso III do **caput** do artigo 2º da Lei “R” nº 88, de 25 de agosto de 2010,

D E C R E T A:

Art. 1º – O credenciamento de cooperativas e/ou associações de catadores de materiais recicláveis no Município de Toledo será efetuado através de Edital de Chamamento Público específico.

Art. 2º – Para os fins deste Decreto, serão credenciadas as Associações e/ou Cooperativas que atendam os seguintes requisitos:

I – estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis no Município de Toledo, que tenham a catação como única fonte de renda;

II – não possuam fins lucrativos, condição demonstrada por meio dos atos constitutivos da entidade;

III – não possuam infraestrutura para realizar o recebimento, a triagem, a segregação, o acondicionamento, o processamento, o beneficiamento e a destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos recicláveis e reutilizáveis;

IV – apresentem o sistema de rateio entre os associados/cooperados;

V – não permitam o trabalho de pessoa com idade inferior a 18 (dezoito) anos, atendendo a Lei Federal nº 8.069/1990;

VI – estejam regularmente constituídas, mediante comprovação por meio da apresentação dos documentos relacionados no Edital;

VII – estejam em regular funcionamento no Município de Toledo;

VIII – estejam em situação regular com suas obrigações fiscais;

IX – possuam na sua estrutura administrativa Conselho Fiscal ou órgão equivalente, dotado de atribuição para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas.

§ 1º – A participação das associações e/ou cooperativas no chamamento público implica na aceitação e na comprovação da documentação que constará no respectivo edital e em seus anexos.

§ 2º – Poderão participar do chamamento público de que trata o **caput** deste artigo as associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis que:



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

082

I – observem os requisitos e condições a serem fixados no Edital e não incorram em nenhuma das vedações especificadas no artigo seguinte;

II – mantenham em seu quadro, catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no chamamento, bem como as condições e os critérios relacionados ao respectivo objeto, visando ao atendimento satisfatório do serviço.

Art. 3º – Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista no Edital de Chamamento de que trata este Decreto a associação e/ou cooperativa que:

I – não esteja regularmente constituída no Município de Toledo ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II – esteja omisa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada ou não tenha ainda aprovada prestação de contas de parceria anterior;

III – tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV – tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

V – tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período em que durar a penalidade:

a) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos;

b) declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a associação e/ou cooperativa resarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

VI – tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VII – tenha entre seus dirigentes pessoas:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgadas responsáveis por falta grave e inabilitadas para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

01/08



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

083

c) consideradas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

VIII – pessoas jurídicas que tenham em seu quadro servidor público ou dirigente do órgão ou entidade responsável pelo chamamento público;

IX – pessoas físicas ou jurídicas punidas com a sanção descrita no inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993 por órgão ou entidade integrante de qualquer Ente Federativo ou com a sanção descrita no inciso III do artigo 87 da mesma Lei por órgão ou entidade integrante da administração municipal.

Parágrafo único – Em qualquer das hipóteses previstas no **caput** deste artigo subsiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a associação e/ou cooperativa ou seu responsável legal, aplicando-se a aquela vedação igualmente nos casos das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 25 de março de 2020.

LUCIO DE MARCHI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

NEUDI MOSCONI

SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO

MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA N° 001/2020

OBJETO: Seleção de propostas apresentadas por Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, sem fins lucrativos, constituídas no Município de Toledo, formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda para a execução de serviços triagem dos materiais reutilizáveis e/ou recicláveis secos, de características domiciliares; devidamente separados, acondicionados e dispostos nas vias públicas e/ou nos pontos de entrega voluntária pelos municípios, encaminhados às Unidades de Valorização de Recicláveis – UVRs, em atendimento ao Programa TOORECICLANDO, implementado no Município de Toledo, mediante assinatura de contrato, conforme estabelecido neste edital. **DATA DE ABERTURA:** 04 de maio de 2020 às 14h00min. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 220.800,00 (duzentos e vinte mil, oitocentos reais) por ano.

- O(s) edital(is) encontra(m)-se à disposição para aquisição no site: www.toledo.pr.gov.br - link Licitações. Demais informações: Depto. Licitações e Contratos do Município de Toledo, Rua Raimundo Leonardi, 1586, Centro, Toledo/Pr, de segunda a sexta-feira, Fone: (45) 3055-8819 Fax: 3378-1704, e-mail: compras.documentacao@toledo.pr.gov.br

26618/2020

Tomazina

MUNICÍPIO DE TOMAZINA
SEDU/PARANACIDADE - PAM
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 07/2020.

O MUNICÍPIO de Tomazina, torna público que às 09:00 horas do dia 15/04/2020, na Prefeitura Municipal de Tomazina, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
VEÍCULO PICK UP	01	R\$ 55.000,00	120 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Camila do Vale Moraes, Paraná, Brasil - Telefone : (043) 35631133 - E-mail comprastmz@hotmail.com. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço Praça Tenente João José Ribeiro, 99, centro, cidade de Tomazina, Estado do Paraná, das 08:00 às 17:00 horas.

Tomazina, 27 de março de 2020.

Camila do Vale Moraes
Pregoeira Oficial

Flavio Xavier de Lima Zanrosso
Prefeito Municipal de Tomazina

26684/2020

Turvo

EXTRATO DA REPROGRAMAÇÃO DO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 238/2018
TOMADA DE PREÇOS N° 08/2018

Reprogramação do Contrato Administrativo nº 238/2018 – Tomada de Preços N° 08/2018 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – **Contratada:** MUHNOZ ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 12.463.644/0001-03, com sede localizada na Rua Tiradentes, Trianon, Município de Guarapuava/PR, CEP 85012-320 - **Objeto:** Reprogramação do contrato em epígrafe, uma vez que a obra teve que ser adequada conforme elucida Parecer Técnico juntado aos autos. Os serviços deverão ser prestados conforme clausula primeira do instrumento contratual originário – **Valor Global do Contrato:** R\$ 187.127,76 (cento e oitenta e sete mil, cento e vinte e sete reais e setenta e seis centavos) – **Vigência:** sem alterações – **Foro:** Guarapuava (PR) – **Data da assinatura:** 26/03/2020 – Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.

26368/2020

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N° 09/2020

O MUNICÍPIO DE TURVO (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso VI do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93, ADJUDICA o Lote 01 da Tomada de Preço N° 09/2020, em favor da empresa TAPALAM CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ Nº 00.481.987/0001-03), pelo valor global de R\$ 127.360,84 (cento e vinte e sete mil trezentos e sessenta reais e oitenta e quatro centavos) e o Lote 02 da Tomada de Prego N° 09/2020, em favor da empresa D. FERREIRA DOS SANTOS SERVIÇOS AGRÍCOLAS (CNPJ Nº 21.819.434/0001-98), pelo valor global de R\$ 56.705,66 (cinquenta e seis mil setecentos e cinco reais e sessenta e seis centavos) conforme Ata de Sessão, Habilitação e Julgamento lavrada pela Presidente do Município de Turvo (PR) (Portaria nº 82/2020). Na mesma oportunidade, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação da proposta de preço e dos documentos relativos à habilitação da empresa melhor classificada face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil N° 118/2020 e Parecer Jurídico nº. 82/2020, HOMOLOGA o processo licitatório desenvolvido na modalidade Tomada de Preço N° 09/2020, do tipo menor preço, cujo objeto visa a Contratação de empresa especializada para execução de serviços de pavimentação asfáltica, recuperação de base, drenagem complementar e sinalização da Rua Walter Brügg. Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Turvo (PR), 27 de março de 2020.

JERONIMO GADENS DO ROSARIO
Prefeito Municipal

26754/2020

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N° 10/2020

O MUNICÍPIO DE TURVO (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso VI do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93, ADJUDICA o objeto da Tomada de Prego N° 10/2020, em favor da empresa D. FERREIRA DOS SANTOS SERVIÇOS AGRÍCOLAS (CNPJ Nº 21.819.434/0001-98), pelo valor global de R\$ 97.741,50 (noventa e sete mil setecentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos) conforme Ata de Sessão, Habilitação e Julgamento lavrada pela Presidente do Município de Turvo (PR) (Portaria nº 82/2020). Na mesma oportunidade, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação da proposta de preço e dos documentos relativos à habilitação da empresa melhor classificada face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil N° 106/2020 e Parecer Jurídico nº. 77/2020, HOMOLOGA o processo licitatório desenvolvido na modalidade Tomada de Preço N° 10/2020, do tipo menor preço, cujo objeto visa a Contratação de empresa especializada para execução de serviços de pavimentação poliedrica. Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Turvo (PR), 27 de março de 2020.

JERONIMO GADENS DO ROSARIO
Prefeito Municipal

26761/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 32/2020

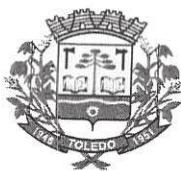
O MUNICÍPIO DE TURVO (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso VI do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e inciso XXI e XXII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil nº 99/2020 e Parecer Jurídico nº. 61/2020, HOMOLOGA o processo licitatório desenvolvido na modalidade Pregão Eletrônico nº 32/2020, do tipo menor preço, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas e veículo utilitário, de acordo com as seguintes indicações:

Lote nº 01 em favor da empresa ASAP COMERCIAL LTDA-EPP (CNPJ Nº 20.716.823/0001-25) pelo valor global de R\$ 89.100,00 (oitenta e nove mil e cem reais);

Lote N° 02 em favor da empresa BRL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E AGRICOLAS LTDA ME (CNPJ Nº 27.438.098/0001-10) pelo valor global de R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais);

Lote N° 03 em favor da empresa ARALIA MAQUINAS AGRICOLAS LTDA (CNPJ Nº 25.219.989/0001-50) pelo valor global de R\$ 40.058,00 (quarenta mil e cinquenta e oito reais);

Lote N° 04 em favor da empresa ARTHA EMPREENDIMENTOS COMÉRCIO E LOCAÇÕES - IRELI - EPP (CNPJ Nº 28.515.824/0001-13) pelo valor global de R\$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais).



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI N°. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR) dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site
www.toledo.pr.gov.br

Ano X

Toledo, 30 de Março de 2020

Edição nº 2.564

Página 6

MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA N° 001/2020

OBJETO: Seleção de propostas apresentadas por Associações e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, sem fins lucrativos, constituídas no Município de Toledo, formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, para a execução de serviços triagem dos materiais reutilizáveis e/ou recicláveis secos, de características domiciliares; devidamente separados, acondicionados e dispostos nas vias públicas e/ou nos pontos de entrega voluntária pelos municípios, encaminhados às Unidades de Valorização de Recicláveis – UVRs, em atendimento ao Programa TOORECICLANDO, implementado no Município de Toledo, mediante assinatura de contrato, conforme estabelecido neste edital. **DATA DE ABERTURA:** 04 de maio de 2020 às 14h00min. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 220.800,00 (duzentos e vinte mil, oitocentos reais) por ano.

- O(s) edital(is) encontra(m)-se à disposição para aquisição no site: www.toledo.pr.gov.br - link Licitações. Demais informações: Depto. Licitações e Contratos do Município de Toledo, Rua Raimundo Leonardi, 1586, Centro, Toledo/PR, de segunda a sexta-feira, Fone: (45) 3055-8819 Fax: 3378-1704, e-mail: compras.documentacao@toledo.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 021/2020

PROONENTE: EMDUR – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TOLEDO
ENDEREÇO: Avenida José João Muraro, 1944 – Jardim Porto Alegre

CIDADE: Toledo **ESTADO:** PR

OBJETO: Execução global (material e mão de obra) dos serviços de recuperação e adequação de galerias na Avenida Ministro Cirne Lima trecho entre a Avenida Maripá e a Avenida Parigot de Souza, neste município de Toledo - PR. Conforme Projeto Básico, orçamento, cronograma físico financeiro, projetos e memorial descritivo, anexos ao processo licitatório. **VALOR GLOBAL:** Para o presente objeto foi previsto o valor R\$ 1.903.001,10 (um milhão, novecentos e três mil, um real e dez centavos). **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado conforme medição mensal atestada e liberada pelo fiscal da obra, em até 30 (trinta) dias após emissão e entrega da nota fiscal, na qual deverá constar indicação do número do empenho correspondente ao objeto. **PRAZO DE EXECUÇÃO:** A prestação dos serviços deverá ser realizada em até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do contrato. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do contrato será de até 240 (duzentos quarenta) dias, a contar da assinatura do contrato. **AMPARO LEGAL:** Inciso VIII do artigo 24 da Lei 8.666/93.

EXTRATO CONTRATO N° 0178/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE TOLEDO e EMDUR – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TOLEDO

OBJETO: Execução global (material e mão de obra) dos serviços de recuperação e adequação de galerias na Avenida Ministro Cirne Lima trecho entre a Avenida Maripá e a Avenida Parigot de Souza, neste município de Toledo - PR. Conforme Projeto Básico, orçamento, cronograma físico financeiro, projetos e memorial descritivo, anexos ao processo licitatório. **VALOR GLOBAL:** Para o presente objeto foi previsto o valor R\$ 1.903.001,10 (um milhão, novecentos e três mil, um real e dez centavos). Contrato firmado em 27 de março de 2020, conforme conclusões do processo de Dispensa de Licitação nº 021/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 022/2020

PROONENTE: EMDUR – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TOLEDO

ENDEREÇO: Avenida José João Muraro, 1944 – Jardim Porto Alegre. **CIDADE:** Toledo/PR

OBJETO: Execução global (material e mão de obra) dos serviços de pavimentação asfáltica, construção de Rotatória, meio fio, galerias de águas pluviais e calçadas no prolongamento da Marginal Donassolo - trecho entre a Rua 1º de Maio e a Rua Domingos Miotti, neste município de Toledo - PR, conforme orçamento, cronograma físico financeiro, projetos e memorial descritivo, anexos ao processo licitatório. **VALOR GLOBAL:** Para o presente objeto foi previsto o valor de R\$ 494.128,56 (quatrocentos e noventa e quatro mil e cento e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos). **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após emissão e entrega da nota fiscal, na qual deverá constar indicação do número do empenho correspondente ao objeto. Assinada pelo fiscal atestando a realização dos serviços. **PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os serviços deverão ser executados em até 180 (cento e oitenta) dias, após a assinatura do contrato. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência será de 240 (duzentos e quarenta) dias a contar da assinatura do contrato. **AMPARO LEGAL:** Inciso VIII do artigo 24 da Lei 8.666/93.

EXTRATO CONTRATO N° 0177/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE TOLEDO e EMDUR – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TOLEDO

OBJETO: Execução global (material e mão de obra) dos serviços de pavimentação asfáltica, construção de Rotatória, meio fio, galerias de águas pluviais e calçadas no prolongamento da Marginal Donassolo - trecho entre a Rua 1º de Maio e a Rua Domingos Miotti, neste município de Toledo - PR, conforme orçamento, cronograma físico financeiro, projetos e memorial descritivo, anexos ao processo licitatório. **VALOR GLOBAL:** Para o presente objeto foi previsto o valor de R\$ 494.128,56 (quatrocentos e noventa e quatro mil e cento e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos). Contrato firmado em 27 de março de 2020, conforme conclusões do processo de Dispensa de Licitação nº 022/2020.